

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/12/2020 a 31/12/2020

Indexação: "Reforma Administrativa" or "PEC 32/2020"

Documento 1/17

119.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/12/2020- CD	10:36
Publ.: DCD - 04/12/2020 - 50	MARCEL VAN HATTEM-NOVO -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 996, de 2020, sobre a instituição do Programa Casa Verde e Amarela, destinado à aquisição da casa própria para famílias residentes nas áreas rural e urbana. Defesa de realização das reformas tributária e administrativa, e de votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 199, de 2019, sobre a alteração dos arts. 102 e 105 da Carta Magna, com vista à transformação dos recursos extraordinário e especial em ações revisionais de competência originária do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça (prisão de condenados em segunda instância).

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Iguamente, Sr. Presidente, o NOVO é contra a retirada de pauta. Temos insistido, inclusive, em que a pauta ande. Saudamos a realização desta sessão, que não estava prevista para esta quinta-feira, porque precisamos apreciar esta medida provisória e deliberar sobre outros assuntos importantes. Aliás, por isso somos independentes. A Oposição é contra porque a proposta não é da Oposição. Agora, nós sabemos reconhecer aquilo que é bom e criticar aquilo que precisa ser melhorado.

Precisamos, sobretudo, debater e deliberar. Esta Casa precisa deliberar sobre outros assuntos fundamentais, como a volta da prisão em segunda instância, a reforma tributária e a reforma administrativa. Todo esforço conjunto será necessário, Sr. Presidente. Rogamos a V.Exa., como fez a Deputada Adriana Ventura mais cedo, que na semana que vem possamos começar na segunda-feira. Como V.Exa. já antecipou ontem, teremos essa possibilidade de deliberar.

Obrigado, Sr. Presidente.

119.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/12/2020- CD	11:32
Publ.: DCD - 04/12/2020 - 69	ALCEU MOREIRA-MDB -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Saudações aos Deputados do MDB e ao Presidente em exercício dos trabalhos, Deputado Marcel van Hattem. Aprovação pela Casa da Medida Provisória nº 994, de 2020, sobre a liberação de crédito extraordinário em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 9.444,373,172,00, para a produção e disponibilização de possível vacina contra a Covid-19. Contrariedade à politização da vacina contra o coronavírus. Indignação do orador com a não votação de proposições de relevante interesse da economia brasileira. Apoio à realização das reformas tributária e administrativa. Regozijo com o desempenho do MDB nas eleições municipais realizadas no Estado do Rio Grande do Sul em 2020. Eleição do candidato do partido, Sebastião Melo, para o cargo de Prefeito Municipal de Porto Alegre. Necessidade de qualificação do trabalhador brasileiro para domínio de tecnologias digitais. Manipulação de pesquisas eleitorais pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística - IBOPE.

O SR. ALCEU MOREIRA (MDB - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, confesso que tenho saudade desta tribuna, porque aqui fizemos alguns pronunciamentos que marcaram inclusive os nossos traços de pensamento sobre a política do Brasil.

Eu queria saudar os meus companheiros do MDB que estão aqui no plenário e o meu querido irmão capixaba Deputado Evair, que está aqui, mas quero fazer uma saudação especial ao Deputado Marcel van Hattem, que está presidindo esta Mesa e que é um líder político. O Rio Grande tem orgulho dos seus posicionamentos. Isso não quer dizer que tenhamos que ter concordância prévia em qualquer das suas posições, mas sim que ter alguém com posição política clara, absolutamente destemida, qualificada e profunda é certamente algo que melhora muito o quadro do debate intelectual da política no Brasil.

Eu queria chamar a atenção para duas questões. A primeira é que quero parabenizar esta Casa, que ontem votou a liberação dos recursos para a vacina, o que certamente foi um grande feito. Se há algo deplorável neste momento, é nós querermos politizar a vacina. É algo que não deve ser politizado. A população tem direito de tirar esta

máscara, que agora, por causa da distância, eu posso tirar para falar ao microfone. A população tem que ter o direito de se ver livre disso.

Então, o que nós queremos na verdade é ter, do ponto de vista científico, a absoluta convicção de que a vacina que teremos disponível é a vacina correta e adequada para imunizar o nosso povo, para que um dia eu possa abraçar e beijar o meu neto de novo, para que eu possa chegar à minha casa, jantar com meus amigos, conversar com eles e andar sem máscara. Eu queria ter esse direito. Eu queria que isso fosse despolitizado.

A segunda questão, meu querido amigo Deputado van Hattem, é a seguinte: esta Casa, em alguns momentos, parece que age como se estivesse num processo de chantagem contra o desenvolvimento do Brasil.

Há projetos aqui nesta Casa para serem votados, e a não votação deles é algo que representa para nós a ditadura de minoria, em que 120 Deputados da Oposição dizem o que vai e o que não vai para a pauta. E assim nós ficamos em cima da conectividade o ano inteiro, assim está a Lei do Gás, assim está a Lei do Mar, assim está a questão dos defensivos agrícolas, assim está o licenciamento ambiental, assim estão as APPs.

Esses projetos disruptivos da economia, que liberarão bilhões e bilhões de reais e gerarão muito emprego e renda, infelizmente, não são votados, porque sempre o trem trompa no grão de açúcar, e aqui nesta Casa, como o sistema é presidencialista, o Presidente decide que não vota, não vota e não vota. Cada vez que nos reunimos, ele me trata muito bem. Aliás, o Presidente Rodrigo é uma pessoa educadíssima, um *gentleman*, passa-me a mão na cabeça, mas não vota absolutamente nada do que nós queremos. E o País vai ficando atrasado.

Nós precisaríamos ter votado a reforma tributária e já estar discutindo e votando a reforma administrativa. E a reforma administrativa, que trata do tamanho do Estado, não é uma questão de natureza ideológica, e sim tecnológica. Os gabinetes dos Ministérios já não têm mais máquina de datilografia há muito tempo, já não têm mais fac-símile há muito tempo. No canto da tela de um computador, resolve-se em fração de segundos o que se levava dias e dias datilografando com o barulho das teclas. Pois é, mas as salas dos Ministérios estão todas com as luzes acesas. O que não falta em Brasília é prédio alugado por 4 milhões, 5 milhões de reais. São gaiolas de ouro pagas para alguém fazer uma atividade que a inteligência artificial poderia fazer, com sobradas razões, com mais qualidade do que se faz hoje. Mas nós não conseguimos fazer isso.



Eu também queria dizer para V.Exas. o seguinte: lá no meu Rio Grande do Sul, fiquei muito feliz com a eleição. O meu MDB, que durante um bom tempo era um partido com a contestação nacional, saiu com 136 Prefeitos, 227 Vice-Prefeitos, 1.054 Vereadores, e ganhamos a Capital do Estado com Sebastião Melo. E não é porque o MDB ganhou, mas porque ganhou um quadro político que nos dá muito orgulho: Sebastião Melo, que tem uma história política linda, alguém que é capaz de conciliar o empreendedorismo com a inclusão social, capaz de ver os dois lados da moeda e utilizar a coisa pública como ferramenta de solução de vida para as pessoas, governar com qualidade, competência, eficácia, eficiência, mas com respeito às pessoas. Devemos perceber que o grande ativo de uma sociedade, meu ilustre Deputado van Hattem, são as pessoas.

De vez em quando eu ouço, meus queridos Deputados, uma referência: "*Temos tantos desempregados*". E esses desempregados são caixas de ovos? Eles não têm CPF? Eles não têm endereço, não têm nome, não têm sobrenome? Eles têm sim. Muitos deles estão sentados sobre o calcanhar na frente de casa, sem trabalho. Por quê? Porque as mãos não conseguem construir o que a cabeça não conhece.

O Estado brasileiro precisa readequar as pessoas para aproveitar a sua capacidade produtiva. O Estado brasileiro precisa perceber que, se não botar conhecimento no cérebro e nas mãos das pessoas, elas não se reabilitam profissionalmente. Nós estamos fazendo a travessia rápida de um mundo analógico para um mundo digital. Essas pessoas, milhões de desempregados, precisam ser reabilitados para entrar no mundo produtivo e gerar sua própria dignidade. A máquina de fazer sucesso na economia do País é um homem e uma mulher com nome e sobrenome em algum endereço.

É lá que nós temos que agir, é com essas pessoas. Elas é que mudam a plataforma produtiva. Elas é que tornam o Estado competitivo. Elas é que geram a capacidade de consumo e produção. Elas é que fazem a razão da vida política e das cidades como equipamentos.

Mas eu não podia terminar o meu tempo, sem falar do assunto principal. Meus amigos, eu queria falar de um clube de larápios e vigaristas. Vou falar especificamente do IBOPE, porque eu não estou falando de um instituto de pesquisa que faz enquete, que é desqualificado e não tem condições de fazer bem feito. Não, eu estou falando de um instituto de pesquisa que tem todas as condições de fazer uma pesquisa bem feita, mas eles vieram para eleição, e não é de agora, para macular o processo democrático, para induzir eleitor, para mudar resultado, para entregar encomenda. Nós vamos entrar na Justiça contra esses vigaristas que, depois de fazer o que fizeram no Rio Grande do Sul, vêm, com uma cara de pau que só falta cair cupim,

pedir desculpas. Então, é como se eu assassinasse um cara a sangue frio e fosse pedir desculpas para a viúva. É assim? Não, não será assim!

Lá em Fortaleza, por exemplo, publicaram, 2 dias antes, que o candidato que eles queriam que perdesse tinha 36% dos votos, e o cavalo do comissário tinha 54%, aquele que eles queriam que ganhasse. Era a encomenda. Sabem como foi a eleição? Foi de 1,5% a diferença. Como seria a eleição se esses vigaristas não tivessem publicado essa pesquisa? Quantos eleitores não foram votar e foram para a praia, porque não adiantava nada, era de quase 20 pontos percentuais a diferença? Lá em Fortaleza, temos o resultado da eleição da democracia maculada. Lá se elegeu alguém que talvez não se elegeria se não houvesse a intervenção de um instituto de pesquisa patrocinado por vigaristas.

Na minha cidade de Porto Alegre, 1 dia antes da eleição, ele anunciava que haveria a grande virada. A candidata Manuela, candidata comunista, aquela que vive em um bairro nobre, o Moinhos de Vento, mas diz que adora os pobres, aquela que pediu roupa emprestada para enganar as pessoas com a cor da sua campanha, tirou foice, tirou martelo, escondeu o PT, trocou de roupa, tirou cor, tirou tudo, despersonalizou-se. Não! Não é possível despersonalizar quem não tem personalidade. É generoso demais da minha parte dizer isso. Mas o instituto de pesquisa disse que haveria uma virada, que ela tinha passado 2 pontos percentuais do nosso candidato - pasmem! Sabem como foi a eleição? Foram quase 10 pontos percentuais a nosso favor!

Na eleição passada para Governador, a 2 dias da eleição, ele disse que Sartori estava 18% atrás do Eduardo Leite, que ganhou a eleição. Sabem como foi a eleição? Foi de 3 pontos percentuais a diferença.

O SR. PRESIDENTE (Marcel Van Hattem. NOVO - RS) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. ALCEU MOREIRA (MDB - RS) - Eu quero concluir dizendo o seguinte: a democracia brasileira é tenra, porque é o tempo democrático que nós temos. Ela precisa de maturação, responsabilidade e honestidade. Tem que ser extirpado do meio de nós esse bando de vigaristas, esses canalhas, que entregam pesquisas para vilipendiar, macular a democracia, modificar resultado! Isso é nojento, porque maltrata uma conquista gigantesca, que é ter um país democrático.

Eu quero deixar aqui o meu protesto. E não me venham pedir desculpas, porque lugar de vigarista e larápio é na cadeia, não é pedindo desculpa para qualquer um.

Um grande abraço.

Documento 3/17

119.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/12/2020- CD	15:36
Publ.: DCD - 04/12/2020 - 149	KIM KATAGUIRI-DEM -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Descumprimento pelo Ministro a Economia, Paulo Guedes, das promessas de privatização de empresas estatais, de ativos imobiliários e de realização da reforma tributária. Protesto contra o pretendido aumento da carga tributária imposta aos contribuintes brasileiros, em meio à epidemia de coronavírus. Manutenção, pela proposta governamental de reforma administrativa, de privilégios concedidos à elite dos servidores públicos. Abdicação, pelo orador, de benefícios recebidos no exercício do mandato parlamentar. Gestão desastrosa, pelo Governo Jair Bolsonaro, de vultosos recursos aprovados pelo Congresso Nacional para enfrentamento da crise provocada pela epidemia de coronavírus. Regozijo com o descumprimento pelo Ministro da economia, Paulo Guedes, da promessa de criação do Peso Real, fusão da moeda brasileira com a moeda argentina. Defesa de renúncia do Ministro Paulo Guedes.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, subo a esta tribuna hoje para falar sobre mais uma promessa do nosso Ministro da Economia, o nosso querido liberal de Taubaté, o Ministro Paulo Guedes. Ele disse desta vez que vai entregar nove grandes privatizações em 2021.

Justamente para fazermos uma análise sobre essa nova proposta do Ministro, eu trouxe aqui um pequeno histórico sobre o que já foi prometido e o que já foi entregue pelo nosso Ministro da Economia. Paraphraseando o filósofo pós-socrático Saga de Gêmeos, quero dizer que um golpe não funciona duas vezes com o mesmo cavaleiro.

Primeiro, o Ministro Paulo Guedes disse que iria zerar o déficit primário em 1 ano. Em 2018, ele dizia que era uma meta factível. No início de 2019, disse que ia executar a meta. O resultado foi que fechamos o ano de 2019 com um rombo de 95,1 bilhões de reais.

A segunda promessa foram as privatizações. Assim como essa nova promessa, em maio de 2019, Guedes afirmou - abre aspas -: "*Daqui a pouco o Governo começará a privatizar peixes grandes*" - fecha aspas. Em agosto, o Governo divulgou uma lista com 17 estatais a serem



vendidas ainda em 2019. Qual foi o resultado? Em 2019, o Governo não só não privatizou nenhuma das 17 empresas como criou uma empresa estatal, a NAV Brasil. Ou seja, o Governo Bolsonaro, sob a batuta do Ministro Paulo Guedes, criou mais estatais do que se criou no segundo mandato do Governo Dilma, que não criou nenhuma. O Governo Bolsonaro até agora não fez nenhuma privatização e criou uma estatal.

Há mais uma promessa de privatização. Vamos lembrar que, em 6 de julho deste ano, Paulo Guedes disse o seguinte - aspas - : *"Nós vamos fazer quatro grandes privatizações nos próximos 30, 60, 90 dias"*. Resultado: outubro passou, novembro passou, estamos em dezembro, e absolutamente nenhuma privatização foi nem sequer apresentada, quanto mais articulada dentro do Congresso Nacional por parte do Governo ou de Paulo Guedes.

Outra promessa: 1 trilhão de reais em imóveis. O nosso Ministro disse - aspas - : *"Temos uma dívida de 4 trilhões de reais e quase 2 trilhões de reais em ativos. Se acelerarmos as privatizações e a venda de imóveis, também podemos reduzir a dívida"*. Resultado: absolutamente nenhum imóvel desse 1,3 trilhão de reais em ativos imobiliários foi privatizado.

Outra promessa foi a reforma tributária. Em novembro de 2019, Paulo Guedes disse que enviaria para cá a proposta de reforma em 1 ou 2 semanas. Resultado: a primeira parte da reforma só foi entregue em 21 de julho deste ano. O Governo atrasou a reforma tributária em 1 ano e não mandou tudo até agora, só mandou um terço da reforma. E ainda disse que vai mandar CPMF, taxaço de PIX e taxaço de livros. Que liberal é esse que promove novos impostos num momento de crise?

Mais do que isso, há a reforma administrativa. Paulo Guedes disse que a mandaria em novembro de 2019. Em 7 de fevereiro, ele disse que viria na - aspas - *"semana que vem"*.

Em 9 de março, ele disse que mandaria - aspas - *"nesta semana"*. Mas só foi enviada no dia 3 de setembro de 2020, sem incluir nenhum Deputado, Juiz, Senador, ninguém da elite do funcionalismo público. A reforma administrativa é reforma só para a base, não mexe com o privilégio de nenhum servidor atual, de nenhum mandatário atual, de nenhum Juiz atual, de nenhum Ministro de Estado atual. Vamos lembrar que o Governo Bolsonaro é o Governo do jetons. Temos Ministros de Estado recebendo 100 mil, 200 mil, 300 mil, 400 mil reais por participarem de conselhos de estatais e, muitas vezes, acumulando os cargos de Ministro de Estado com cargos nas Forças Armadas. Mais do que isso, o Governo também não mexeu um milímetro em nenhum privilégio de Ministro do Supremo Tribunal Federal e do STJ, de Juiz, de Promotor.



E que moral eu tenho para falar sobre isso, sendo Deputado? Bom, tenho moral para falar porque sou um Deputado que abriu mão de carro oficial, de casa, de auxílio-moradia, que doa parte do salário todos os meses, que cortou metade da verba de gabinete, que não usa cota parlamentar para gasolina, não usa cota parlamentar para comida, não usa cota parlamentar para divulgação do mandato, enfim, não usa cota parlamentar para absolutamente nada. E, justamente por isso, posso exigir do Governo a postura de combate a privilégios que foi prometida e que, porém, não foi entregue pelo Ministro Paulo Guedes.

Para finalizar, Sr. Presidente, tivemos a promessa do Ministro Paulo Guedes, já no meio da pandemia, em março, de que - aspas -: *"Com 4 bilhões ou 5 bilhões de reais a gente aniquila o coronavírus"*.

Este Parlamento já aprovou 600 bilhões de reais para o Governo combater a pandemia, e o Governo fez a pior gestão possível desses recursos. Nós nem salvamos a economia, nem salvamos vidas. Em vez de promovermos inicialmente um *lockdown* de 14 dias para conter superlotação dos hospitais, para aprendermos mais sobre o vírus, diminuirmos a taxa de letalidade e então retomarmos as atividades econômicas, com máscara, com álcool em gel, com distanciamento social, com as regras com as quais nós estamos vivendo agora, nós não fizemos nem *lockdown*, nem distanciamento, nem preservamos a economia. Ficamos com o pior dos dois mundos, graças à gestão desastrosa da economia tanto do falso liberal Paulo Guedes como do Presidente Jair Bolsonaro.

Ah, eu já ia me esquecendo de outra coisa! Houve uma promessa do Ministro Paulo Guedes de implementar o peso real, de fundir a nossa moeda com a moeda argentina, como se fosse um bom negócio. Onde já se viu um monetarista da escola de Chicago promover a fusão da moeda do seu país com a moeda de um país que está mais fraco, com uma moeda que está mais desvalorizada do que a do seu país? É um realmente um monetarista de Taubaté, não é da escola de Chicago. Isso não existe! Ele prometeu, mas, felizmente, essa promessa eu fico feliz e digo com orgulho que o Ministro Paulo Guedes não cumpriu.

Portanto, eu faço uma pequena convocação ao Ministro Paulo Guedes: se ainda tiver algum pingão de dignidade, algum apreço pela própria carreira, ou se quiser, em algum momento, em alguma nota de rodapé da história, ser lembrado como liberal com alguma dignidade, que renuncie ao cargo.

O liberalismo, Ministro Paulo Guedes, não é uma palestra que você dá ao mercado financeiro para tentar animar a bolsa em um dia. O liberalismo, Sr. Paulo Guedes, não é um pano de luxo que você utiliza para limpar um Governo corrupto e estatista.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 4/17

119.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/12/2020- CD	19:40
Publ.: DCD - 04/12/2020 - 243	PAULÃO-PT -AL	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Deputado Marcel Van Hattem pela condução dos trabalhos no plenário. Elogio à Deputada Soraya Santos pelo discurso proferido em defesa das mulheres. Transcurso do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência. Necessidade de reinstalação da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, e de votação do Orçamento Geral da União de 2021. Defesa de redução das dotações orçamentárias das Forças Armadas brasileiras, em benefício das áreas de educação e saúde. Inadmissibilidade de descaracterização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. Manutenção de privilégios da elite do funcionalismo pela proposta governamental de reforma administrativa. Discordância do orador com o parecer oferecido pelo Relator Isnaldo Bulhões Jr. à Medida Provisória nº 996, de 2020, sobre a instituição do Programa Casa Verde e Amarela, destinado à aquisição da casa própria para famílias residentes nas áreas rural e urbana.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Marcel, primeiro eu queria parabenizá-lo. V.Exa. conduziu com diplomacia e maestria os trabalhos do Parlamento, como deve acontecer. Na realidade, o segredo desta Casa é: a democracia não é só quem pensa igual, é quem pensa principalmente diferente. Então, eu queria parabenizá-lo pela condução dos trabalhos.

Queria destacar também o papel que teve a Deputada Federal Soraya. Sem dúvida nenhuma, S.Exa. usou a tribuna colocando ordem na Casa, para que fosse restabelecida a democracia, a fim de que o obscurantismo e a visão que não respeita as mulheres, que não respeita os deficientes - e hoje é o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência -, que não respeita a diferença racial do poder econômico não prevaleçam. Então, eu queria parabenizá-la por isso.

Ao mesmo tempo, quero dizer que nós vamos ter que instalar, sim, como foi dito pelo Líder, a Comissão Mista de Orçamento, que é de muita importância. E esse foi um item mencionado pelo Líder do

Governo. Deputado Marcel, eu sou integrante da CMO - e sou titular. É a primeira vez na história que, devido a uma disputa de dois grupos da base do Governo, a Comissão Mista de Orçamento não é instalada. Isso irá trazer prejuízo, sim, para a população brasileira, porque estamos discutindo o Orçamento, o que nós vamos planejar e, ao mesmo tempo, aplicar de forma efetiva nas políticas públicas para o Estado brasileiro. É lamentável essa briga. Então, eu faço um apelo para que coloquemos como prioridade a Comissão Mista de Orçamento. Vamos analisar o Orçamento, sim, com clareza.

Se estamos em plena pandemia, como o Presidente Bolsonaro corta vários bilhões de reais do Ministério da Saúde? As Forças Armadas, no entanto, têm um orçamento de 150 bilhões de reais. Num momento como este, de dificuldades no plano nacional e no internacional, temos que priorizar recursos. As Forças Armadas, que conseguem ter um lança-foguetes, que querem construir um submarino nuclear, que querem construir um caça de último tipo, não conseguem fazer um respirador. Então, esse orçamento das Forças Armadas tem que ser repensado. Ele tem que ser cortado sim. Parte dele deve ser aplicada em políticas públicas de educação e saúde.

É necessário também discutir o FUNDEB, como disse o Vice-Líder do Governo, mas o FUNDEB aprovado nesta Casa sob a liderança da Deputada Dorinha, do DEM. Houve praticamente unanimidade. Só quem divergiu foi o NOVO. Eu posso discordar, mas respeito a maioria. O Governo quer fazer uma mudança para mutilar o FUNDEB.

Eu falo agora sobre a reforma administrativa, Sr. Presidente. Ela consegue penalizar os funcionários do Governo que estão no início ou no meio da carreira, mas preserva o Poder Legislativo, o Judiciário, o Ministério Público e, de novo, as Forças Armadas. Essa reforma administrativa, preservando esses apaniguados, não equaciona um problema da realidade do Brasil e não mostra respeito pelo povo brasileiro.

Foi importante, sim, o debate hoje. Mesmo com toda a divergência, considerando-se o papel, como V.Exa. falou, da Situação e o da Oposição, houve um debate de alto nível. V.Exa. teve um papel - o modelo é presidencialista - na condução desta sessão presencial e também virtual. Eu queria parabenizar V.Exa. e também o Relator, o Deputado Isnaldo Bulhões, do MDB de Alagoas, meu colega. Fomos Vereadores, fomos Deputados Estaduais. Tenho discordância sobre seu relatório. Inclusive, tive oportunidade de falar isso a ele por telefone. Mas fizemos a resistência democrática, que é fundamental.

Seria importante que tivesse recepcionado algumas emendas, no sentido de estabelecer, para quem não tem moradia, no caso de moradia popular, um teto idêntico ao do Programa Minha Casa, Minha

Vida, limite de 10% para os trabalhadores urbanos e 4% para os rurais; a democratização do Conselho das Cidades; e o uso correto e transparente da venda dos prédios públicos da União.

Isto faz parte da democracia. Há momentos em que se é governo, há momentos em que se é oposição. E há um debate ideológico, sim. Temos uma visão segundo a qual o Estado tem um papel na economia, e há visões como a do Partido Novo, uma visão liberal, segundo a qual o Estado precisa ser retirado da economia. O debate é a essência da democracia. O que não podemos permitir é o obscurantismo, é a negação da política, é o terraplanismo, é a negação da ciência. Neste momento, portanto, mesmo havendo correlação de forças que não favorece que a Oposição apresente as suas emendas, eu entendo a importância que tem o Parlamento para a democracia brasileira.

Parabéns! Um grande abraço a todas e a todos, principalmente aos internautas que nos assistem. Parabéns às mulheres, que estabeleceram unidade de ação e não permitiram que o obscurantismo prevalecesse. Um grande abraço!

Documento 5/17

23.2020.N	Sessão Outro Evento	16/12/2020-13:52
Publ.: DCN - 17/12/2020 - 73	AFONSO MOTTA-PDT -RS	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Realização das reformas tributária, federativa e administrativa. Questionamento sobre a manutenção do conjunto de medidas de enfrentamento à epidemia de coronavírus, tendo em vista o encerramento do prazo de validade em 31 de dezembro de 2020. Necessidade de aprovação do projeto sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO de 2020/2021. Alinhamento do PDT com candidato à Presidência da Câmara dos Deputados, comprometido com a valorização do Parlamento brasileiro e com a preservação do Estado Democrático de Direito. Expectativa quanto à vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente Soraya Santos, é uma honra ocupar a palavra sob a presidência de V.Exa. nesta sessão do Congresso Nacional. Cumprimentando as Sras. e os Srs. Parlamentares, quero agradecer à minha bancada, a bancada do PDT, e especialmente ao nosso Líder Wolney Queiroz a deferência por poder ocupar este espaço.

Nós estamos encerrando mais um ano legislativo. É claro, este ano apresentou grandes desafios, especialmente por causa da pandemia, quando desenvolvemos um trabalho de mudança cultural no País. Todos nós nos adaptamos a este momento especial quando tivemos uma grande produtividade nesta Casa, dando prevalência às matérias em que havia a expressão e o consenso da maioria.

Obviamente, as reformas, tema essencial para o bom debate e para o desenvolvimento do nosso País, não foram alcançadas. Resta a pauta, importante, da reforma tributária, cujo debate será fundamental, e a nova conjuntura terá, sim, que ser considerada. Em relação à reforma federativa, é cada vez mais evidente a injustiça na transferência de recursos aos Municípios, onde a vida das pessoas acontece de fato.

Na reforma administrativa, um anseio geral, a proposta apresentada inicialmente pelo Governo fica muito longe de qualquer expectativa, já que ela não tem amplitude e não ataca os pontos essenciais para o devido ordenamento, a não ser o arrocho que ela produz na remuneração dos funcionários públicos, tão importantes para este País.

Há outra questão central, Sra. Presidente. A declaração da pandemia, ato mais importante promulgado por esta Casa, esgota-se em 31 de dezembro. Com isso, um conjunto de regulações da maior importância ficará sem sustentação. Há muitas referências na regulação geral que nós fizemos, tanto para a defesa da vida, como para o estímulo da atividade econômica e para a proteção, à expressão "enquanto durar a pandemia". O conceito legal, regulatório, de duração da pandemia está definido para até o dia 31 de dezembro.

Uma semana antes de nós encerrarmos as atividades do ano legislativo, eu deixo uma indagação para o Plenário da Câmara dos Deputados e para o Plenário do Senado Federal, neste Congresso Nacional: o que vai acontecer no dia seguinte, a partir de 1º de janeiro, com esta regulação que tem este condicionante, esta referência? Nós vamos ter que recuperar o tratamento da regulação da pandemia, porque a pandemia não desaparece - nós queremos que ela acabe o mais breve possível - no início do próximo ano.

O "orçamento de guerra", o déficit de mais de 1 trilhão, a questão macroeconômica, outra preocupação de todos nós nesta Casa do Congresso Nacional, são pautas importantes, mas, antes, nós precisamos tratar, é claro, das questões que passam pelo auxílio emergencial, pela proteção da vida e pelo estímulo econômico, fundamentais nesta hora. Eu estou aqui a perguntar ao coletivo como vamos tratar destes assuntos.

Nós todos estamos envolvidos, o que é imperioso, assim como é imperiosa a aprovação da LDO nesta sessão do Congresso, na

escolha da nova Mesa Diretora da Câmara. Nossa bancada, a bancada do PDT, está participando ativamente, com os partidos e as demais bancadas da Oposição, das articulações e dos entendimentos. Nós temos uma posição que diz que o PDT estará alinhado às visões que, em primeiro lugar, possam valorizar o Parlamento e, em segundo, que não agridam nossos princípios e nossas referências na disputa da próxima Mesa Diretora.

Seja qual for o escolhido, eu acredito que é fundamental para esta Casa a defesa e a altivez, primeiro, do Parlamento e, segundo, a defesa do Estado Democrático de Direito e nossa capacidade de continuarmos contribuindo para a sociedade brasileira através do nosso trabalho e da nossa regulação.

Encerro falando da vacina, que é a esperança de todos nós e do País. Todos estamos na expectativa de planejamento para que a vacinação ocorra com efetividade no nosso País, o que é, igualmente, uma expectativa de esperança: nós esperamos esta proteção porque o protocolo, a partir da vacinação, que é global, não será mais o mesmo. A partir de agora, o pressuposto maior do protocolo de saúde é a vacinação.

Muito obrigado por mais um ano legislativo nesta Casa.

Um abraço a todos!

Documento 6/17

23.2020.N	Sessão Outro Evento	16/12/2020-15:40
Publ.: DCN - 17/12/2020 - 101	PAULO GANIME-NOVO -RJ	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Descumprimento de disposições constitucionais e regimentais na tramitação do projeto sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO de 2020/2021. Correção de ponto destoante da LDO. Necessidade de realização das reformas tributária e administrativa e de avanço no processo de privatização de empresas estatais. Inadmissibilidade de votação do projeto relativo à Lei Orçamentária Anual - LOA, à revelia da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado. Era só um esclarecimento, para entender qual era a demanda, porque eu não ouvi tudo.



Sra. Presidente, obrigado pelo tempo. Eu queria falar sobre a votação de hoje da nossa Lei de Diretrizes Orçamentárias. É importante esta votação, é importante que nós garantamos o Orçamento, para evitar o *shutdown* e que o Governo, o País pare no ano que vem.

Mas eu venho aqui destacar dois pontos importantes. O primeiro é sobre o procedimento para o qual eu já fiz questão de ordem, já falei com V.Exa. e com demais Parlamentares. Não se respeitou o Regimento nem a Constituição pelo fato de não termos seguido o trâmite correto, passando pela Comissão Mista de Orçamento.

Isso dito, que já foi bastante explorado, gostaria de falar sobre o segundo ponto, que também é muito grave: aquilo que consta na Lei de Diretrizes Orçamentárias, não a lei em si, porque ela, na verdade, constata um fato muito grave sobre a situação fiscal do País. Chegaremos, no ano que vem, 2021, ao oitavo ano seguido de déficit primário, que começou em 2014, ainda no último ano do primeiro Governo Dilma. Desde então, não conseguimos equilibrar as nossas contas. Estamos com uma previsão de déficit primário para 2021 de 247,1 bilhões de reais, com previsão de novos déficits nos anos subsequentes. Isso faz com que se chegue ao final de uma década seguida de déficit.

Diante disso e também por conta da pandemia, que agravou ainda mais as nossas contas, as finanças públicas brasileiras, nós vamos chegar a uma relação dívida-PIB de 100%, algo muito distante dos nossos pares ou dos países em desenvolvimento.

Presidente, Srs. Deputados e especialmente Governo Federal, Presidente da República, precisamos urgentemente avançar com as reformas estruturantes. Temos tramitando nesta Casa a reforma tributária e a reforma administrativa, fundamentais para o ajuste fiscal, mas nada disso avança. Temos também a pauta de privatização. A da ELETROBRAS já está na Câmara, e há outras que esperamos o envio pelo Governo Federal. É importantíssimo que avancemos nisso, senão o Brasil vai parar, o País vai quebrar. Nós temos responsabilidade perante isso.

Precisamos avançar muito. O Brasil não pode ficar aguardando disputas políticas, tampouco interesses populistas pela permanência no Governo. A nossa LDO também faz com que se deixe clara essa situação. E é uma situação que estamos aceitando pacientemente a cada mês, a cada ano, discutindo temas não tão importantes para o Brasil, mas que atendem pautas específicas e individuais para o eleitorado de cada um.

Presidente, é premente que avancemos nessas reformas. Precisamos ter um protagonismo, o mesmo protagonismo que esta Casa gosta de

ter para aprovar auxílios, medidas populares e populistas. Agora temos que ter coragem e a responsabilidade de sermos protagonistas este ano ainda, se possível, mas no mínimo em 2021, para que o Brasil não pare, não quebre, inclusive tirando saúde, segurança e educação da nossa população.

Espero que terminemos de votar hoje a LDO, mas finalizo aqui dizendo que não podemos e não iremos aceitar que votemos a LOA - Lei Orçamentária Anual sem a instalação da Comissão Mista de Orçamento.

Obrigado, Presidente.

Documento 7/17

134.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020- CD	12:24
Publ.: DCD - 19/12/2020 - RODRIGO MAIA-DEM -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Inconsistência da atribuição ao Presidente da Câmara dos Deputados, pelo Presidente Jair Bolsonaro, da responsabilidade pela perda da eficácia da Medida Provisória nº 898, de 2019, sobre a alteração da Lei nº 10.836, de 2004, a respeito da criação do Programa Bolsa Família, com vista ao pagamento do benefício financeiro relativo ao mês de dezembro de 2019 como abono natalino (13º salário). Existência de articulação conjunta para desqualificação e desmoralização dos adversários do Presidente da República. Incapacidade do Presidente da República para definição dos rumos do País. Apresentação, por grupo de economistas, de proposta para expansão do auxílio pecuniário emergencial ou ampliação e fortalecimento do Programa Bolsa Família. Publicação, pelo jornal Folha de S.Paulo, de artigo do orador a respeito da criação de novo programa social. Razões da decisão do Presidente da Casa, de não votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Apresentação, pelo Presidente Rodrigo Maia, de proposta de suspensão do recesso parlamentar, com vista à construção de programa social. Agressões do Presidente Jair Bolsonaro e seus aliados à imagem do Presidente da Câmara dos Deputados. Importância da criação, pelo Congresso Nacional, do auxílio pecuniário emergencial; da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2020, (a chamada PEC do Orçamento de Guerra), a respeito da instituição do regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento da calamidade pública nacional decorrente de pandemia de coronavírus; e de outras relevantes matérias destinadas à mitigação dos efeitos da crise gerada pela Covid-19. Defesa de aprovação da Proposta de Emenda à

Constituição nº 186, de 2019, (a chamada PEC Emergencial), sobre a alteração do texto permanente da Constituição Federal e do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com vista à adoção de medidas permanentes e emergenciais de controle do crescimento das despesas obrigatórias e de reequilíbrio fiscal, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União. Necessidade de realização das reformas tributária e administrativa.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu vou aproveitar o pedido da Líder Sâmia Bomfim e do Líder Ricardo Barros e o episódio - mais um episódio - ocorrido no dia de ontem, Líder Aluisio, quando infelizmente o Presidente da República mentiu em relação à minha pessoa.

Aliás, há muita coincidência entre a narrativa que ele usou ontem e a narrativa que os "bolsominions" usam há 1 ano comigo em relação às medidas provisórias que perdem validade nesta Casa - é a mesma narrativa! A narrativa de que eu deixei caducar a medida provisória do 13º não vem de hoje. Peguem as redes sociais dos extremistas "bolsominions" que V.Exas. vão ver lá: "*Rodrigo Maia derruba e caduca medida provisória do 13º do Bolsa Família e do BPC*". Então, há uma articulação conjunta para desqualificar e desmoralizar a imagem dos adversários do Presidente da República.

Mas, hoje, o próprio Ministro Paulo Guedes confirmou que o Presidente é mentiroso, quando disse que, de fato, não há recursos para o 13º do Bolsa Família.

Então, eu acho que diante dessas coisas, com a dificuldade que estamos passando no País e com a dificuldade que vamos passar a partir de 1º de janeiro, com o fim da PEC da Orçamento de Guerra, que todos os partidos aqui votaram - do PSOL ao PSL, todos colaboraram e deram as condições para o Governo governar o nosso País -, nós deveríamos estar mais preocupados em sentar à mesa e dialogar sobre o nosso futuro do que tentar transferir responsabilidade para os outros.

Quando se disputa uma eleição para ser Presidente do Brasil, assume-se a responsabilidade de dar um norte para o nosso País. Infelizmente não é o que tem acontecido nos últimos quase 2 anos.

E digo mais: se o Presidente da República tivesse tido coragem, nós poderíamos estar discutindo sim o 13º do Bolsa Família aqui hoje, nós poderíamos estar discutindo a expansão do auxílio emergencial aqui hoje.

É claro que a visão da Esquerda em relação a esse caminho é diferente da nossa visão, porque somos liberais na economia, mas,



mesmo no nosso campo, fizemos muitas propostas. Um grupo grande de economistas de São Paulo, com muitos economistas considerados liberais, fez uma proposta para a expansão do auxílio emergencial ou a ampliação e o fortalecimento do Bolsa Família, o que não seria muito diferente. É claro que do nosso campo, com restrições nas despesas públicas, respeitado o teto de gastos.

Mas nós hoje aqui não estamos discutindo um novo programa social para o Brasil, porque o Presidente da República proibiu o Relator Marcio Bittar, ou pelo menos indicou - é claro que ele não pode proibir um Senador de nada - ao Relator da PEC Emergencial que nada de gatilho fosse votado. Aliás, foi prometido por este Governo que essa PEC seria votada em 5 de dezembro do ano passado.

Nós que temos uma visão liberal da economia tentamos trazer os gatilhos para dentro do projeto de lei, que votamos anteriormente, o PLP 101/20, mas o Governo não conseguiu as condições para isso. O Deputado Ricardo Barros tentou, mas não conseguiu as condições.

Então, se hoje o Presidente não consegue promover uma melhora ou uma expansão do Bolsa Família para esses milhões de brasileiros que ficarão sem nada, a partir de 1º janeiro, a responsabilidade é exclusiva dele, que tem um Governo que é liberal na economia, mas não tem coragem de implementar essa política dentro do Governo e, principalmente, no Parlamento.

Eu escrevi um artigo longo, de uma página quase inteira, no jornal *Folha de S.Paulo*, em setembro, quando eu falei sobre a criação de um programa social - e o fiz respeitando a posição daqueles que acham que o teto de gastos está errado, que essas restrições estão erradas; acho que são visões distintas para se chegar ao mesmo objetivo - e que seria um auxílio mais amplo, a partir de 1º de janeiro. Eu escrevi um longo artigo falando sobre o teto de gastos e de onde poderiam vir os recursos para a ampliação do Bolsa Família e para a modernização do Cadastro Único, que não pode ser encerrado. Ele tem que ser modernizado, utilizado de melhor forma e com qualidade por parte do Governo.

Em setembro, com uma eleição no Rio de Janeiro, com o DEM disputando a Prefeitura, com o meu pai disputando uma eleição para Vereador, talvez não fosse o melhor momento para dizer que precisaríamos desindexar as aposentadorias, precisaríamos acabar com o abono salarial, precisaríamos acabar com o seguro-defeso, precisaríamos também acabar com a indexação de outros contratos do Governo e com alguns auxílios que os servidores e os militares recebem. Talvez, em setembro, não fosse um momento adequado. Talvez o adequado, se eu quisesse usar politicamente a Presidência da Câmara, era ter votado a Medida Provisória nº 1.000, de 2020, faltando

uma semana para a eleição. Nós sabemos qual seria o resultado dessa votação - nós sabemos qual seria o resultado dessa votação! Eu, por responsabilidade da minha visão de Brasil e de gasto público, concordando com a visão do Governo de que a medida provisória já fez seus efeitos e entendendo que o Governo não teve a coragem de jogar a PEC Emergencial do Senado,

no plenário, para que fosse aprovada, e nem de utilizar a nossa, de autoria do Deputado Pedro Paulo, que está aprovada desde dezembro do ano passado na CCJ e que vai na mesma linha, entendo que infelizmente o Governo não tem condições de tratar da ampliação de nenhum gasto público, senão estará cometendo crime, já que, a partir do próximo ano, a LRF, a regra de ouro e o próprio teto de gastos voltam a funcionar da mesma forma que antes da PEC do Orçamento da Guerra, que todos nós aqui, de forma quase unânime, aprovamos para o bem do Brasil.

Então, eu quero deixar este registro. É óbvio que nós queremos construir as condições - não vou dizer para o 13º do Bolsa Família, porque acho que essa não é a melhor palavra - de algo que seria uma melhoria da transferência de renda para as atuais famílias e para novas famílias que, por essa crise, vão precisar dos recursos. Digo isso até porque nós sabemos que o crescimento de 4% no próximo ano, Deputado Aluisio, diante de uma queda de 4,5% a 5% nesse ano, equivale a quase zero de crescimento, é apenas o efeito estatístico.

Portanto, o que nós deveríamos fazer - e foi o que eu propus, mas infelizmente não vai acontecer, porque o Senado também não quer - era não termos recesso, nem a Câmara nem o Senado nem o Judiciário, para que, juntamente com o Poder Executivo, com o fim do estado de calamidade, com o fim da PEC do Orçamento de Guerra, nós pudéssemos em janeiro trabalhar na construção de um programa social dentro da realidade do Brasil, de um orçamento primário na ordem de 1 trilhão e 485 bilhões de reais, que é o orçamento primário que o Brasil tem, lembrando que 1 trilhão e 410 bilhões de reais são despesas correntes. Há um espaço muito pequeno para que se possa mexer com investimento e ampliação de gastos públicos.

Eu fiz questão de fazer este registro, Líder Molon, porque não vêm de hoje as agressões convergentes do Presidente e de seus aliados radicais nas redes sociais contra a minha pessoa. O Presidente não gosta de adversários que jogam de forma aberta e transparente. Ele prefere os aliados. E ele vai conhecer, um dia, alguns que estão sempre jogando pelas costas, e, quando podem, nós sabemos o que fazem com os Governos. Então, eu fiz questão de fazer este registro.

Ontem, de fato, eu fiquei muito irritado, porque eu nunca poderia imaginar que, em um país como o Brasil, um Presidente da República

pudesse, de forma mentirosa, tentar comprometer a imagem do Presidente da Câmara ou de qualquer cidadão brasileiro.

E, sem falsa modéstia, foi a Câmara dos Deputados que comandou o País no ano passado, quando o Bolsonaro ficava nos ameaçando nessas redes sociais dele. Na pandemia, quando o Presidente ficou negando a pandemia e o Ministro da Economia ficou 1 mês no Rio de Janeiro e disse, em entrevista a revista Veja, no mês de março, que com 5 bilhões de reais ele aniquilava o coronavírus, fomos nós, unidos, e o Senado que construímos os caminhos.

Construímos o auxílio emergencial; construímos a PEC do Orçamento de Guerra, com data para acabar, diferentemente das outras crises; construímos as soluções das medidas provisórias de crédito, porque o Governo mandou medidas fracas, com textos ruins, que só foram executadas depois da aprovação do Congresso; aprovamos recursos para a cultura, para o esporte, para os profissionais de saúde, para as comunidades indígenas; garantimos que o País funcionasse, porque o negacionismo do Governo e a depressão do Ministro da Economia fizeram com que o Parlamento assumisse esse papel.

Esse foi o motivo de, no meio da pandemia, ele ter vindo com tantas agressões.

Eu poderia aqui agora - e tenho muitos pedidos nesse sentido no meu WhatsApp - anunciar que colocaríamos em votação a Medida Provisória nº 1.000, de 2020, mas, como disse o Líder do Governo, não há interesse, por parte da base do Governo e do próprio Governo, por seu Líder, em votar essa matéria porque ela já fez os seus efeitos. No entanto, eu precisava fazer o meu discurso para resguardar a imagem desta Casa e da minha Presidência, porque amanhã a narrativa vai deixar de ser o 13º do Bolsa Família e vai passar a ser que nós é que acabamos com o auxílio emergencial, porque não votamos a medida provisória.

Então, foi muito importante o Governo entrar em obstrução contra a Medida Provisória nº 1.000 - isso foi muito importante, isso está registrado na imprensa, está registrado em plenário -, porque nós queremos, tenho certeza, e estamos dispostos ainda a trabalhar no mês de janeiro e a construir caminhos para que 8, 10, 12 milhões de brasileiros possam ser incluídos no Bolsa Família de forma a respeitar o orçamento primário. É claro que aqui temos visões diferentes de como chegar a isso, mas, no nosso campo liberal da economia, ainda queremos e estamos dispostos - e sei que o Plenário inteiro está, até para discutir as matérias - a discutir esses caminhos.

E os nossos caminhos passam pela PEC Emergencial, pela reforma tributária, pela discussão da reforma administrativa, mas não para

perseguir servidor, e sim para valorizá-lo, para valorizar a qualidade do serviço público. É disso que estamos tratando. É claro que alguns olham apenas cortes, cortes, cortes, mas não adianta cortar se não dermos condições para que o servidor atenda bem ao cidadão brasileiro.

Eu fiz questão de fazer este registro, sei que está sendo longo, mas não é a primeira vez e tenho certeza de que não será a última, porque continuarei no mesmo lugar em que sempre estive, ao lado da democracia e contra a agenda de costumes que divide o Brasil, que radicaliza o Brasil, que gera ódio entre as pessoas. Como essa é a agenda do Presidente, continuarei sendo um leal adversário do Presidente da República naquilo que é ruim para o Brasil, mas serei um aliado do Governo, e não do Presidente, nas pautas que modernizem o Estado brasileiro, respeitando o limite de gastos, já que a nossa carga tributária é muito alta e a população não merece, mais uma vez, pagar a conta da incompetência e da falta de coragem do Governo em enfrentar aquilo que prometeu, que é a reestruturação das despesas públicas, começando pela PEC Emergencial.

Muito obrigado pela atenção. Fica o meu registro na tarde de hoje.

Documento 8/17

134.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/12/2020- CD	13:20
Publ.: DCD - 19/12/2020 - LÉO MORAES-PODE -RO		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Necessidade de aprovação de agenda social pela Câmara dos Deputados. Defesa de realização da reforma tributária. Necessidade de ampliação do Programa Bolsa Família e de prorrogação do auxílio pecuniário emergencial. Imediata votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020. Defesa de discussão do teto de gastos, da redução dos supersalários e da verba indenizatória dos Parlamentares.

O SR. LÉO MORAES (PODE - RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente, agradeço a oportunidade.

Utilizando o tempo de Liderança do Podemos, quero deixar registrado que a nossa razão de ser, a razão de estarmos no Congresso, é exatamente para representar o maior capital, o maior patrimônio que

nós temos, que é a população. A necessidade de entrega de uma agenda social é fundamental. Nós passamos por algumas reformas e precisamos enfrentar outras, como é o caso da reforma tributária, para trazer segurança jurídica e estabilidade, carrear investimentos e recursos de outros países, a fim de que possamos prosperar.

Diante desses fatores, só faz sentido se for para entregarmos algo de fato para a população. E, nesse cenário, a MP é fundamental, Presidente. Nós precisamos ter coragem de debater a respeito dos programas de transferência de renda, com a ampliação deles, como é o caso do Bolsa Família, assim como a extensão do auxílio emergencial. Isso é fato sabido, notório, porque nós observamos pessoas a nosso lado que sucumbem diante desta pandemia, diante do coronavírus, que não acabou. O auxílio emergencial também não deve acabar.

É por isso que nós encaminhamos ofício à Mesa Diretora, para que pautasse a MP 1.000 e nós conseguíssemos, mais uma vez, diante do protagonismo desta Casa, estender, de uma maneira ou de outra, o benefício à população, porque é esse dinheiro que faz as cidades se movimentarem. A quitanda da periferia de uma média cidade consegue sobreviver, e não somente ficar com a caderneta das dívidas, através desse dinheiro. A renda cidadã, a renda mínima, a renda básica há de existir no País diante de tamanhas discrepâncias, do abismo social que existe nesta Nação. Países desenvolvidos e empresários que são bilionários entendem que esse abismo dificulta a própria circulação do dinheiro que os faz existir na condição de grandes empresários. E o Brasil vai na contramão disso.

A austeridade é fundamental. Nós defendemos a austeridade. Nós temos que discutir o teto de gastos, nós temos que ter coragem de enfrentar os supersalários, nós temos que diminuir as castas que nos colocam em situações diferentes das dos nossos representados. E, para isso, não de existir, sim, cortes e gestos do Parlamento, como diminuição das verbas indenizatórias e tantas outras medidas em que o Congresso deve dar o exemplo, Sr. Presidente.

Nós gostaríamos de compartilhar que existem posições antagônicas e ideológicas, de efeitos práticos, de vários partidos políticos, os quais divergem, mas, sobretudo, eles dialogam em defesa da democracia. E nós queremos acreditar que, a despeito de um mundo novo em que nos encontramos e o que ainda enfrentaremos em 2021, a população brasileira precisa ter dinheiro no bolso, precisa sobreviver. O ativo do poder público e de qualquer governante não é a especulação, não é o papel, não é a possibilidade, e, sim, a sua gente, o seu povo, a população.

É por isso que nós defendemos, com unhas e dentes, que medidas de

alcançe social sejam vitoriosas nesse debate. Ficamos com a pauta de costumes, com a polarização, com o maniqueísmo do que é bom, do que é ruim, com uma visão binária, tacanha e pueril, e, enquanto isso, as pessoas perecem e padecem do mínimo com que devem ser assistidas.

A população precisa é de arroz e feijão no prato, as pessoas precisam de emprego, as pessoas precisam sobreviver, para, daí sim, nós encontrarmos prosperidade, desenvolvimento, na certeza de dias melhores, e a certeza de que valeu a pena nós estarmos no plenário, valeu a pena nós estarmos no Congresso. Assim, de fato, nós preservaremos a integridade da nossa população.

Sr. Presidente, que essa MP 1.000 possa ser pautada e votada, até porque existe a possibilidade de extensão e de aumento do auxílio, através de medidas, emendas e destaques. Esperamos que o Parlamento não se apegue, que continue grande na defesa intransigente da população, e não de ativos, e não de narrativas, e não de possibilidades distantes do mundo real.

Sr. Presidente, essa é a fala do Podemos. Vamos defender a prorrogação do auxílio, o aumento do valor do auxílio, a defesa de políticas sociais, do Brasil e dos nossos rincões.

Muito obrigado.

Documento 9/17

138.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/12/2020- CD	15:34
Publ.: DCD - 23/12/2020 - JOSÉ NELTO-PODE -GO		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Defesa de suspensão do recesso parlamentar para apreciação de matérias de relevante interesse do País, notadamente das propostas de reforma tributária e administrativa.

O SR. JOSÉ NELTO (PODE - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente em exercício, Deputado Paulo Ganime, eu quero aqui dizer que sou contrário ao recesso parlamentar. Por que eu sou contrário? Nós deveríamos no mês de janeiro estar neste Parlamento para votar as matérias de interesse do Brasil.

Nós deveríamos pelo menos votar ou iniciar o debate da reforma

tributária, o debate da reforma administrativa, o debate de grandes reformas que o Brasil esperou e espera há muitos anos. E essas reformas só não estão acontecendo por culpa do Ministro da Economia, o Ministro Paulo Guedes.

Este ano, Sr. Presidente, nós trabalhamos pouco, a verdade é essa. Eu não vejo o menor sentido em entrarmos de recesso. Não é só este Parlamento, não, mas os Parlamntos estaduais e também os Parlamntos municipais.

Eu quero deixar registrado no *A Voz do Brasil* que o Deputado Federal José Nelto é contrário ao recesso parlamentar, até porque temos eleições para a Mesa Diretora. Daí a importância de estarmos aqui no Brasil. Por isso, o Presidente Rodrigo Maia e também o Presidente Davi Alcolumbre deveriam repensar e suspender o recesso parlamentar brasileiro.

Deixo aqui os meus protestos, que peço que constem no *A Voz do Brasil*.

Documento 10/17

138.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/12/2020- CD	16:06
Publ.: DCD - 23/12/2020 - RICARDO BARROS-PP -PR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Aprovação, pelo Poder Legislativo, de relevantes matérias para enfrentamento dos impactos econômicos e sanitários decorrentes da Covid-19. Importância do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda e do Programa Emergencial de Acesso ao Crédito, aprovados pela Câmara dos Deputados. Edição de medidas provisórias destinadas à aquisição de vacinas contra o coronavírus. Criação do Programa Casa Verde e Amarela. Regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. Criação de programa de estímulo à navegação de cabotagem - BR do Mar. Votação da proposta sobre a nova Lei de Falência. Atualização do Código Brasileiro de Trânsito. Concessão de créditos aos Estados brasileiros para compensação de perdas de receitas provocadas pela Lei Kandir. Apoio à pauta feminina pelo Governo Federal. Utilização do Fundo Nacional de Segurança Pública no combate à violência doméstica contra a mulher. Desafios impostos ao Poder Legislativo em 2021 no enfrentamento das reformas tributária e administrativa, da PEC Emergencial, do pacto federativo, da autonomia do Banco Central do Brasil e das privatizações. Defesa de manutenção do teto de gastos públicos. Importância do ajuste fiscal para a atração de novos investimentos externos e

consequente geração de emprego e renda.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tive a honra de assumir, em agosto deste ano, a convite do Presidente Bolsonaro e com o apoio de minhas colegas e meus colegas Parlamentares, a Liderança do Governo na Câmara dos Deputados.

Cumpro essa missão com o objetivo de ajudar o nosso País a crescer. Minha atuação visa agregar, ceder, buscar um permanente diálogo em todas as forças políticas representadas nesta Casa.

É nesse espírito que, mesmo em um período desafiador para o Brasil e para o mundo diante da pandemia da COVID-19, temos construído entendimentos e viabilizado a formação de maiorias para aprovar projetos de interesse do Brasil.

O trabalho em harmonia com os partidos, com os Srs. Líderes do Governo no Senado e no Congresso, Fernando Bezerra Coelho e Eduardo Gomes, tem sido fundamental para avançarmos nas pautas que o Brasil e os brasileiros esperam. Em poucos meses, conseguimos aprovar muitas matérias de grande relevância no enfrentamento aos impactos econômicos e na saúde provocados pelo coronavírus.

A simplificação do acesso ao crédito em bancos públicos, tema de medida provisória que votamos aqui, tem sido fundamental para socorrer brasileiros durante a crise provocada pela pandemia. A regulamentação do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda, aprovada por nós, convertida em lei, já possibilitou a preservação de 11 milhões de empregos até 18 de dezembro, segundo informação do Ministro Paulo Guedes.

Trata-se, bem como ressaltou o Ministro da Economia, de um dos programas de maior sucesso em todo o mundo no combate aos efeitos econômicos da COVID.

Essa iniciativa é complementada pelo Programa Emergencial de Acesso ao Crédito, também votado na Câmara, sob nossa articulação, que liberou 20 bilhões de reais para garantir a sobrevivência de empresas brasileiras durante este período.

Juntos, aprovamos, também, um crédito de 10 bilhões de reais para socorrer os Estados, os Municípios e o Distrito Federal nas ações contra a pandemia.

Aprovamos medida provisória que assegurou ao Brasil os 2 bilhões de reais necessários para a compra da vacina de

Oxford/AstraZeneca/FIOCRUZ. O Governo editou também a Medida Provisória nº 1.015, que destina mais 20 bilhões de reais para adquirir todas as vacinas necessárias, e nós vamos apreciá-la em breve.

Ainda no contexto da pandemia, tivemos sucesso nas votações das MPs de apoio à exportação, simplificação das contratações públicas, reforço da infraestrutura do turismo, redução das tarifas de energia, ampliação da Poupança Social Digital, que facilita o recebimento do auxílio emergencial contra a COVID.

Aprovamos também a MP 1.003, que autoriza a adesão do Brasil à Aliança Global, coordenada pela Organização Mundial da Saúde, chamada Covax Facility, que nos permite acesso a mais de 40 milhões de doses de vacinas.

Os desafios em outras áreas continuam. Por isso, votamos também a medida provisória que criou o Programa Casa Verde Amarela, programa habitacional que será um marco deste Governo.

Concluimos a regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

Aprovamos o projeto de lei BR do Mar, que cria o programa de estímulo à navegação de cabotagem, uma iniciativa fundamental para modernizar nossa logística e reduzir o Custo Brasil.

Garantimos o sucesso do projeto que moderniza a indústria do gás natural, que está, hoje, na pauta, voltando do Senado.

Votamos o projeto da nova Lei de Falência, que contribui para manter a geração de empregos e viabilizar financiamento de empresas em dificuldades.

Após resolver problemas de tramitação, conseguimos aprovar projeto de lei do Presidente Bolsonaro que atualiza o Código de Trânsito, com o qual ele pretendia simplificar a vida do cidadão, mantendo o critério de segurança.

Votamos, na semana passada, a concessão de crédito extra de 4 bilhões de reais para compensação aos Estados pela Lei Kandir.

Aprovamos um importante projeto da renegociação das dívidas dos Estados, além do crédito de 3,3 bilhões de reais para quitar obrigações do Brasil com organismos internacionais. Na verdade, o PLP 101/20 dá 216 bilhões de reais aos Estados para prorrogação de dívidas, suspensão de pagamento de dívidas e prorrogação de pagamento de

organismos internacionais.

Como se pode ver, o nosso trabalho neste Governo foi marcado pela busca do diálogo democrático com os representantes de todas as correntes políticas, postura que traz benefícios diretos ao Brasil. Foi nesse espírito que apoiamos as pautas da bancada feminina, contribuindo para a aprovação, por exemplo, dos projetos de combate à discriminação contra a mulher na política e do uso do Fundo Nacional de Segurança Pública no combate à violência doméstica.

Até agora, já aprovamos 19 projetos de lei, 22 medidas provisórias, 6 projetos de lei complementar, 5 acordos internacionais, tudo isso neste período em que estou na Liderança, com meus Vice-Líderes, cada qual de um partido da base aliada do Governo, que muito contribuem para o nosso trabalho - cito aqui o Líder Evair, que está no plenário.

Tenho convicção de que, com o apoio dos Srs. e das Sras. Parlamentares, este será apenas o início da nossa missão em prol do Brasil.

Que Deus ilumine o nosso trabalho. Que nós possamos ter um ano de 2021 muito produtivo aqui no Legislativo, enfrentando matérias como reforma tributária, reforma administrativa, PEC Emergencial, pacto federativo, autonomia do Banco Central, privatizações e tantas outras de que o Brasil tanto precisa para ser um país cada vez melhor.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Srs. Parlamentares. Agradeço a todos os que contribuíram com o Presidente Rodrigo Maia para a produtividade que tivemos aqui na nossa Casa Legislativa.

Quero também, Presidente, dizer que nós estamos, sob a sua presidência, com a participação dos Srs. Líderes aqui e dos Srs. Parlamentares, produzindo, sim, votações que são importantes para o nosso País. Superamos muitas matérias novas, inclusive a lei do pagamento por serviços ambientais, que votamos ontem e é muito importante para a preservação ambiental, e tantas outras matérias da Frente Parlamentar da Agricultura.

Eu espero que juntos possamos modernizar o País, fazer as reformas constitucionais necessárias, enfrentar votações duras, difíceis, mas necessárias. Se queremos manter o teto de gastos, precisamos conter a despesa. Inevitavelmente, este é o único caminho para podermos dar o sinal de que, no longo prazo, teremos contas públicas equilibradas: votar a reforma administrativa, que nos garantirá um Estado mais leve, mais ágil, um Estado capaz de implantar a meritocracia e valorizar o funcionário que bem atende ao interesse público e de demitir o funcionário que não atende ao interesse público. É assim que nós vamos fazer um Brasil mais leve. Nós gastamos 14% do PIB só com a

máquina pública, com a estrutura do Governo. O Japão gasta 5%. A média desse tipo de gasto nos países da OCDE é de 9%. Então, nós temos, sim, que ter coragem de modernizar o Estado, de extinguir privilégios e de pensar no contribuinte em primeiro lugar.

Temos que seguir o mantra do nosso Presidente Bolsonaro: "*Não haverá aumento da carga tributária, não haverá extrapolação do teto e não haverá prorrogação do orçamento de guerra*".

Vamos ter que enfrentar um ano difícil, de orçamento justo, de rigor fiscal, mas vamos, sim, Presidente, conseguir avançar na direção das reformas, dar um sinal ao mercado de que o Brasil tem compromisso com o ajuste fiscal e, com isso, atrair mais investimentos, que nos permitirão gerar oportunidades de emprego para os nossos jovens, melhor qualidade de vida para a população e mais esperança de que este Brasil gigante se levantará e será a grande Nação que liderará este mundo.

Um abraço! Obrigado aos Srs. Parlamentares.

Documento 11/17

138.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária -22/12/2020- CD	16:26
Publ.: DCD - 23/12/2020 - MARCEL VAN HATTEM-NOVO -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Defesa de suspensão do recesso parlamentar para apreciação de matérias de relevante interesse do País, notadamente das reformas tributária e administrativa. Preocupação do orador com os rumos do País. Retrocesso das ações de enfrentamento da corrupção no Brasil. Estagnação das privatizações e das reformas constitucionais. Retomada da velha política de acomodação e conchavos no País. Insatisfação com decisões monocráticas do Supremo Tribunal Federal, a exemplo da retalhação da Lei da Ficha Limpa. Necessidade de redirecionamento da atuação do Presidente Jair Bolsonaro. Protesto contra a inclusão na pauta de proposições vinculadas à eleição do futuro Presidente da Casa, em detrimento da votação de matérias de relevante interesse do País. Defesa da eleição de candidato independente à Presidência da Câmara dos Deputados.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, acho que o Deputado infelizmente não estava ouvindo V.Exa. Lamento.

Muito boa tarde a todos. Este é o último dia de sessão, antes de entrarmos em recesso, que inclusive é um recesso discutível. Eu creio que melhor exemplo daríamos nós, e também os demais poderes, como o Judiciário, por exemplo, se adentrássemos o recesso para trabalhar neste ano de pandemia, pois há muita coisa parada que precisa ser aprovada, a começar pela reforma tributária. Temos também a reforma administrativa e outros temas importantíssimos que vão ficar para o ano que vem.

Sr. Presidente, eu quero aqui falar um pouco da minha preocupação com os rumos que o País está tomando, da minha preocupação com este País, que há 2 anos fez uma renovação enorme na Câmara dos Deputados, elegeu um novo Presidente da República e, depois de tudo o que nós vimos acontecer nas manifestações de rua, das quais eu participei ativamente, Sr. Presidente, nesses 2 anos viu pouca coisa avançar na pauta liberal e muito retrocesso na pauta do combate à corrupção. Isso é preocupante, Sr. Presidente! É preocupante!

Nós esperávamos muito mais. Esperávamos mais privatizações, mais reformas, mais trabalho em prol do cidadão e muito menos, aliás, nenhum retrocesso no combate à corrupção. Mas o que nós estamos vendo hoje, Sr. Presidente, o que nós estamos vendo hoje, caros colegas Deputados, é que aquela política lá de trás, a política que sempre tanto criticavam os que hoje chegaram ao poder, volta à ordem do dia, a política da acomodação e do conchavo.

Já o STF toma decisões que cada vez mais tiram o crédito de uma instituição fundamental para a República, muitas delas, aliás, monocráticas, saídas das mãos de um só Ministro. Vou citar aqui a decisão do Ministro Kassio Nunes Marques, que, na semana que passou, retalhou a Lei da Ficha Limpa. E pior, Sr. Presidente, Jair Bolsonaro, que o indicou - e aliás teve forte oposição a indicação, inclusive minha, de muitos de nós que somos independentes e também de Parlamentares da base de apoio do Presidente -, ontem mais uma vez justificou o injustificável. Ele justificou a retalhação da Lei da Ficha Limpa. Aliás, ele já havia justificado outros votos do seu indicado, Kassio Nunes Marques.

Eu gostei da fala do Deputado Otoni mais cedo: "*Sr. Presidente Jair Bolsonaro, o Brasil é maior do que sua família*". Sr. Presidente Jair Bolsonaro, é preciso voltar a olhar aquilo que foi prometido lá atrás, para corrigir rumos no ano de 2022, porque, do jeito que a banda toca, não dá para continuar acreditando num Brasil melhor. Não dá! Não dá, Sr. Presidente! A preocupação é muito grande.

E aqui nas sessões também, sinceramente, salvo um ou outro projeto de maior relevância que está sendo aprovado, demonstra-se mais uma vez como a disputa política para a Presidência da Casa tem muito mais

valor do que o próprio País. Projetos que deveriam estar sendo pautados nos últimos dias não estão sendo pautados, enquanto outros que podem gerar grave crise fiscal estão aqui na mesa, apenas por uma disputa de vaidades e de poder.

Nós não podemos continuar aceitando isso. Nós precisamos colocar de volta a bola no meio do campo, lembrar que as instituições e os Poderes precisam ser harmônicos e independentes entre si.

Chega de político de conchavo. Chega do que nós temos visto acontecer tanto, Sr. Presidente, há tantos anos, na nossa política e que nós do NOVO sempre rechaçamos.

Por isso que digo que é importante atentarmos para as eleições do dia 1º de fevereiro nesta Casa, para que um Presidente verdadeiramente independente possa ser eleito no Poder Legislativo para representar o que a maior parte do povo brasileiro quer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 12/17

138.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/12/2020- CD	16:42
Publ.: DCD - 23/12/2020 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Gestão desastrosa do Presidente Jair Bolsonaro. Posicionamento do Presidente da República contrário à vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Defesa da taxação de grandes fortunas. Contrariedade à aprovação da proposta governamental de reforma administrativa. Protesto contra a extinção do auxílio emergencial concedido a trabalhadores desempregados e famílias carentes. Elevação dos índices inflacionários. Necessidade de adoção, pelo Parlamento brasileiro, de pautas positivas para a população brasileira em 2021. Inadmissibilidade de oposição de vetos ao Projeto de Lei nº 4.372, de 2020, sobre a regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. Votos de feliz Natal e próspero Ano Novo aos Parlamentares. Matéria publicada pelo jornal Folha de S.Paulo, a respeito dos Governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Defesa da abertura de CPI para investigação da atuação do então Juiz Federal Sérgio Moro e do Procurador da República, Deltan Dallagnol, no comando da Operação Lava Jato.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Como Líder. Sem revisão do

orador.) - Deputado, muito obrigado pela compreensão. Eu não vou usar todo o tempo da Liderança do Partido dos Trabalhadores.

Mas é preciso, neste momento em que terminamos o ano, deixar algum balanço crítico do que aconteceu no País e também no Parlamento durante este período. Nós não concordamos que temos um saldo positivo. Não, pelo contrário: o saldo é extremamente negativo para o País.

Temos um governo, em primeiro lugar, obscurantista, que quis colocar pautas que foram barradas, muitas vezes, pela força da própria população, do movimento social e, por vezes, até do Congresso Nacional e do STF. Pautas autoritárias foram postas pelo Presidente da República durante um longo período. Os filhos chegaram a dizer que, com um cabo e dois soldados, fechariam o Supremo. O Presidente se lançou contra o Congresso Nacional. Foram períodos terríveis. O próprio Supremo Tribunal Federal teve que agir para impedir que esses atos autoritários continuassem. Até pretensos jornalistas estão presos por fazerem com que o ódio fosse destilado no País em favor de um regime autoritário e da desobediência ao sistema democrático. As pautas obscurantistas foram enormes, inúmeras.

Agora, o Presidente, que prefere a cloroquina à vacina, fica insuflando o nosso povo contra os cuidados necessários e a vacina. E nós vemos que no mundo inteiro se avança no combate à pandemia com esse instrumento legítimo que é a vacina, o único instrumento que pode nos trazer tranquilidade. Já foram vacinadas quase 1,5 milhão de pessoas pelo mundo. Evidentemente, a vacinação tem sido um sucesso: não houve nenhum caso de morte, nenhuma reação grave à vacina. Mas os negacionistas, incluindo o Presidente, insistem em fazer com que a pandemia prevaleça, causando a morte de centenas de milhares de pessoas. Portanto, também não temos o que comemorar no que diz respeito à pandemia que assolou o mundo, que no Brasil causou uma verdadeira tragédia.

Do ponto de vista econômico, por que não dividir renda no Brasil? A Argentina e a Bolívia acabam de aprovar leis que vão permitir que as grandes fortunas sejam taxadas, mas, no Brasil, só se pensa em taxar o pequeno.

E o Governo vem de novo falar em reforma administrativa para tirar direitos de servidor público; em inovação na reforma trabalhista, com aquela Carteira Verde e Amarela, que era a carteira da escravidão e que, felizmente, na Câmara e no Senado, nós conseguimos barrar; em reforma da Previdência, para tirar direitos dos idosos, como se o que tivesse que ser feito fosse, de novo, pedir sacrifício ao povo brasileiro.

E agora, num período dramático, em que 36% das pessoas não têm



outra renda a não ser o auxílio emergencial, o Governo simplesmente diz que não teremos nada a partir de janeiro. Como ficará o povo brasileiro? Já se fala num aumento no número de desempregados, que hoje está em 14 milhões de pessoas, para 20 milhões a partir de janeiro. O que tem o Governo a comemorar? A tragédia do País? A tragédia do povo? Até mesmo os índices inflacionários aumentaram.

Sr. Presidente, eu disse que não iria usar todo o tempo. Eu teria muito ainda para dizer sobre a situação dramática deste País. Mas uma coisa é certa: o nosso Parlamento precisa, a partir do ano que vem, ter pautas que sejam positivas para o povo. Nós não podemos olhar apenas o desejo do mercado, dos banqueiros, dos grandes capitalistas. É preciso olhar o que passa o povo brasileiro. Durante a campanha eleitoral, nós não pudemos sair muito, mas quem fez campanha viu que o índice de miséria vem aumentando, que a situação do nosso povo vem piorando no campo e na cidade, que programas da agricultura familiar vêm sendo desfeitos pelo Governo.

Aliás, Bolsonaro disse que veio para desconstruir. É impressionante como ele desconstruiu muitas coisas e tentou desconstruir outras. Felizmente, existiram reações. A reação principal veio das universidades, das escolas públicas. Talvez seja por isso que Bolsonaro tem tanto ódio da escola pública brasileira e não se comprometeu com o FUNDEB. Tomara que ele não tenha coragem de vetar o FUNDEB depois da vitória maravilhosa que a sociedade teve ao se aprovar dinheiro público para a escola pública. Com certeza Bolsonaro está pensando em maldades, assim como pensou em privatizar o SUS em plena pandemia.

Faço essas denúncias aqui para dizer que, ano que vem, nós vamos precisar de muito mais luta para evitar que essas pautas conservadoras e reacionárias persistam e que pautas preconceituosas façam parte do Brasil. Nós precisamos é de um País com mais solidariedade e união entre as pessoas. O Governo Bolsonaro governa na divisão. Ele traz assuntos que dividem o povo, para não permitir ao povo enxergar a necessidade da sua unidade, das bandeiras que transformem a vida em situações melhores para o conjunto do povo brasileiro.

Então, nós nos despedimos deste ano com um balanço, infelizmente, negativo do Brasil. É certo que o Parlamento muitas vezes agiu para impedir essa pauta do Presidente da República. Se não fossem o Parlamento e o próprio Supremo Tribunal Federal, com certeza as coisas tinham sido ainda piores. Mas é necessária uma unidade ainda maior nossa para evitar que o obscurantismo, o ultraliberalismo e o autoritarismo façam parte do programa a que o Brasil vai assistir no ano que vem, com ainda mais dificuldades.

Quero desejar um feliz Ano-Novo e um feliz Natal a toda a Câmara dos Deputados, aos Deputados e às Deputadas, independentemente dos posicionamentos políticos, e também ao povo brasileiro. Que possamos, unidos, traçar melhores caminhos, fazer com que o Brasil volte a sorrir de novo. É disso que nós precisamos.

Abro aqui um parêntese: o jornal *Folha de S. Paulo*, reconhecendo a década em que Lula e Dilma governaram, chamou-a de década do avanço.

A década tem nome: Governos de Lula e de Dilma. Foram governos de esquerda que buscaram, minimamente, dividir renda e fazer com que o salário mínimo crescesse, com que a reforma agrária avançasse, com que os pobres tivessem acesso ao trabalho, ao emprego, com que os negros e negras entrassem nas universidades, com que os homossexuais não fossem reprimidos. Tudo isso esteve na pauta daquela década. O que a *Folha* chama de década nós chamamos de Governo Lula e Governo Dilma.

Presidente, termino dizendo que estou abismado também pela entrevista que o *hacker* deu em relação a como agiram Dallagnol e Moro, exemplificando o que foi o golpe neste País e como aquelas ações levaram à mudança dos rumos do nosso Brasil, a partir de mentiras e falsidades. Hoje é impossível não pensar em realizar uma Comissão Parlamentar de Inquérito para saber qual foi o papel que esses senhores tiveram para atravancar, paralisar o processo democrático e fazê-lo retroceder no Brasil.

Um grande abraço, Presidente! Muito obrigado pela sua compreensão. Estamos firmes na luta.

Documento 13/17

139.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/12/2020- CD	19:48
Publ.: DCD - 23/12/2020 - GIOVANI CHERINI-PL -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Defesa do uso de medicamento no tratamento precoce da Covid-19. Apoio à produção de vacina segura contra a doença. Frustração do orador com a não implantação do liberalismo no País. Estagnação das privatizações e continuidade das deficiências do serviço público. Necessidade de redução da estrutura do Estado brasileiro. Importância da implementação do empreendedorismo e das parcerias público-privadas no País. Inconformismo com a não realização de reformas constitucionais, especialmente da

administrativa. Não aprovação, pelo Poder Legislativo, da proposta de estabelecimento do teto salarial no serviço público. Necessidade de privatização de empresas públicas improdutivas. Defesa da contratação, pelos cidadãos brasileiros, de serviços particulares de saúde.

O SR. GIOVANI CHERINI (Bloco/PL - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente da Mesa.

Colegas Deputados e Deputadas, estamos chegando ao final do ano, e cada um fez a sua parte em defesa da vida. Depois que veio esse vírus do demônio - eu o chamo assim -, nós passamos a discutir: de um lado, um grupo querendo vacina; de outro, um grupo, em que me incluo, querendo remédio e vacina segura. Eu defendi o tempo todo a imunidade, o autocuidado. O próprio Presidente da República, Jair Bolsonaro, também defendeu a vida o tempo todo dizendo que a economia tinha que ser preservada e que nós tínhamos que encontrar remédios para essa doença e também uma vacina segura.

Na verdade, todos nós - Governo, Oposição, demais partidos, inclusive o Partido Liberal - trabalhamos pela vida. Não há nenhum suicida, não há ninguém que queira outra coisa senão defender a vida do cidadão brasileiro. Talvez alguns façam de um jeito e outros façam de outro jeito, mas a verdade é uma só: quem ganha a eleição tem que governar, quem ganha a eleição tem que imprimir o seu ritmo no Governo.

Eu saio deste ano um pouco frustrado, porque imaginava que, na medida em que ganhou um Presidente liberal, nós teríamos o liberalismo sendo implantado no Brasil. Eu sou do Partido Liberal, sou Presidente do Partido Liberal no Rio Grande do Sul. O liberalismo é o direito natural à vida, à liberdade e à propriedade. Os direitos sagrados do cidadão são estes: os direitos naturais da vida, o liberalismo econômico, o Estado regulador e não o Estado gestor, o Estado regulador por si mesmo, o Estado que faz gestão na economia, o Estado que tem a mão invisível, o Estado que não se transforma no ser maior, no elefante que amassa as vontades e as liberdades das pessoas. Esse é o país que eu imagino, é o país que ganhou a eleição há 2 anos.

As privatizações não andaram. Nós não tivemos apoio dentro do Congresso. O serviço público continuou com as mesmas ineficiências e com as mesmas dificuldades de sempre. Precisamos reduzir o máximo o Estado ineficiente. Precisamos reduzir o máximo o Estado que interfere na economia. Precisamos ter menos Estado, porque o Estado é amarrado, o Estado é demorado, o Estado é muitas vezes incompetente.



Precisamos caminhar para o empreendedorismo, para as parcerias público-privadas, para a livre iniciativa, para o empreendedorismo tão salutar para a liberdade das pessoas, tão importante para motivar os nossos jovens, que infelizmente, por muitos e muitos anos, foram incentivados - inclusive, eu escrevi um livro sobre isso -, nos seus objetivos de vida, na grande maioria, a estudar para fazer um concurso público. Nós precisamos ensinar os jovens a serem empreendedores, para terem mais motivação, porque a liberdade é muito mais importante do que qualquer outra coisa nessa vida.

Eu termino o ano um pouco frustrado em relação a isso, porque nós não avançamos nas reformas muito importantes para o País, como a reforma administrativa, para discutir a questão da estabilidade no emprego, para que o Estado possa demitir funcionários incompetentes, funcionários que desviam dinheiro público. Hoje é muito branda a lei nessa área. Nós precisamos valorizar, sim, o funcionário que trabalha, o cidadão que cumpre a missão, o cidadão que valoriza o seu concurso público.

A reforma tributária que está tramitando na Câmara, infelizmente, pode aumentar ainda mais os impostos. Se não houver a reforma administrativa primeiro, nós não teremos como diminuir impostos e teremos que aumentar os impostos.

Não aprovamos a Lei do Extrateto e temos ainda no Brasil funcionários públicos que ganham 100 mil, 120 mil, 150 mil reais por mês.

Eu bati nisso sozinho durante o ano todo, para que fosse votado o projeto de lei que está dormindo em berço esplêndido na Presidência da Câmara. O projeto do extrateto realmente pode economizar milhões para o Brasil. Não é merecido que uma pessoa ganhe 150 mil reais por mês. Há hoje no Brasil mais de 5 mil pessoas que ganham mais do que 50 mil reais por mês, e o teto que está na Constituição é o salário dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

As empresas públicas que não dão resultado precisam ser privatizadas. É preciso encontrar outro caminho. O grande caminho para as nossas escolas e para a educação brasileira é ensinar aos nossos jovens que o empreendedorismo é o que dá sentido à vida, é o que dá sentido à sua emoção. Crescer, cair e se levantar faz parte da vida. Não teremos lugar para que todos façam concurso público e fiquem pelo resto da vida com emprego garantido. Nós precisamos correr mais riscos na vida. Que graça tem viver e saber tudo o que vai acontecer amanhã? O segredo da vida é caminhar rumo ao desconhecido, rumo à criatividade, rumo ao empreendedorismo.

Este é o liberalismo que eu defendo, ou seja, que respeita a liberdade, mas valoriza aqueles que menos têm, com o Bolsa Família, com o

auxílio emergencial, com a comida, para que aqueles que estão por baixo possam se levantar e não fiquem a vida inteira no Bolsa Família, não fiquem a vida inteira pequenos, pois um dia podem ser grandes através do seu trabalho, através da sua luta, e não através do "apoio", entre aspas, do Estado brasileiro, o Estado protetor, o Estado que, na realidade, acaba não protegendo nada.

Por exemplo, na área da saúde, defende-se tanto o SUS. Eu sou defensor do SUS. Mas o que o cidadão tem que fazer? Pagar um serviço particular ou, às vezes, pagar, mesmo pelo SUS, alguma coisa por fora para poder ser atendido.

Por isso, encerro dizendo que terminamos o ano um pouco frustrados, porque o liberalismo ainda precisa ocupar espaço dentro do Congresso Nacional e melhorar dentro do Governo, para que realmente nós possamos saber se é bom ou se é ruim, porque o passado já sabemos que não deu certo.

Agora vamos pensar no futuro. E o futuro a Deus pertence. Nós temos a responsabilidade de construir esse novo futuro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 14/17

140.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária	-22/12/2020-
	CD	20:28
Publ.: DCD - 23/12/2020 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	DISCURSO

Sumário

Persistência de discriminações e desigualdades no País. Absolvição do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em processos judiciais. Repúdio à proposta governamental de reforma administrativa. Defesa de afastamento do Presidente da República. Importância da resistência contra as reformas e privatizações defendidas pelo Governo Jair Bolsonaro.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Nós estamos nos lembrando de uma época do Partido dos Trabalhadores, uma época de Luiz Inácio Lula da Silva, que saiu expulso pela fome de um Nordeste que não lhe dava a perspectiva naquele momento, mas que, como ninguém, olhou para o Nordeste; e que, como ninguém, olhou para o povo brasileiro. Nós estamos falando de um Presidente que fez o compromisso de que não deveríamos mais naturalizar a fome e que dizia que o seu Governo só seria um bom

Governo se possibilitasse que as pessoas comecem pelo menos três vezes por dia. Ele fez muitas políticas para que o Brasil mostrasse a sua cara e fosse respeitado na sua negritude e na sua condição indígena.

E nós aqui nesta Casa tivemos a urgência de um projeto negada pelo fundamentalismo, negada por aqueles que acham que a discriminação é absolutamente natural. Eu escutei aqui alguém dizer: "*Não, não tem nada de mais se você não contratar uma pessoa para trabalhar na sua empresa porque ela não tem a sua religião*". Eu ouvi outra pessoa da mesma concepção dizer: "*Não há discriminação neste País*". Quando não se admite que há discriminação, pereniza-se a discriminação. O negacionismo é extremamente cruel com as vítimas de tantas desigualdades e de tantas discriminações.

Luiz Inácio Lula da Silva foi puxando os fiapos de vida que estavam nos escombros, embaixo dos escombros desta sociedade com tantas desigualdades e com tantas discriminações, para construir um amanhã diferente, mas nós escutamos aqui que não há de se coibir as discriminações. É como se todas as discriminações fossem permitidas e que se pudesse negar o emprego em virtude de orientação sexual, de identidade de gênero, de religiosidade, de raça ou de etnia e se assumisse como um agente de uma discriminação, que precisa ser enfrentada, como o Governo Lula enfrentou.

O Governo Lula, este brasileiro, foi vítima de tantas injustiças! Lula já foi absolvido em sete processos. E o que estamos vendo aqui, com o inquérito que apura a "Vaza Jato"? Nós estamos vendo que houve uma articulação que vestiu toga para prender Luiz Inácio Lula da Silva, para determinar o processo eleitoral em que Lula seguramente teria o reconhecimento do povo, como sempre teve, e, mais de uma vez, elegeria um projeto de País, um projeto para que o Brasil viva a sua própria grandeza, e não esse projeto do Brasil se transformar em sabujo do capitalismo internacional; não esse projeto que busca retirar direito, que busca se apropriar do Estado Governo com a reforma administrativa que não enfrenta o extrateto, uma reforma administrativa que, inclusive, busca fazer com que o Estado fique sob o domínio desses gestores de plantão, desses gestores que negam o povo brasileiro na sua grandeza e na sua necessidade de desenvolvimento social e econômico.

Por isso, nós estamos vivenciando o desmascarar de uma trama, uma trama que foi urdida em parceria com os próprios Estados Unidos.

Vejam que o convênio e o treinamento de pessoas aqui, no Brasil, feito por pessoas dos Estados Unidos passou ao largo do Estado! Qualquer convênio internacional para combater qualquer tipo de corrupção teria que ter passado pelo Ministério da Justiça. Esses não passaram! E

nunca se respondeu quantas pessoas vieram dos Estados Unidos para cá e, aqui, se utilizaram dos mesmos métodos que lá foram abominados depois.

Portanto, nós estamos vivenciando uma realidade em que todas as injustiças são passageiras - todas as injustiças são passageiras! - e, agora, estamos vendo o Sr. Sergio Moro ser advogado da Odebrecht. Agora nós estamos vivenciando um conluio que atenta contra a democracia e contra o Estado Democrático de Direito.

Por isso, nós temos a imensa convicção de que esse mesmo Luiz Inácio Lula da Silva que fez as reservas cambiais brasileiras - que foram citadas aqui, na discussão do projeto sobre o câmbio: hoje são 350 bilhões de dólares e já foram 390 bilhões de dólares -, que têm feito com que o Brasil resista como pode resistir, a partir deste Governo, a todos os ataques especulativos...

Presidente, termino dizendo que nós esperamos que o próximo ano seja um ano radicalmente novo. Que seja um ano em que possamos exercer uma solidariedade que é negada pela própria Presidência da República e que nós possamos tirar a faixa presidencial que está no peito estufado do fascismo, no peito estufado do arbítrio, no peito daqueles que querem colocar servidores públicos como inimigos.

No ano que vem, nós vamos resistir às privatizações de empresas que dão lucro, de empresas fundamentais para o Brasil. Nós vamos resistir a esse desmonte que eles querem fazer do Estado. Nós vamos resistir às reformas que buscam penalizar o povo brasileiro e reafirmar uma política que tem gerado tanto desemprego, tanta inflação e tanta fome.

Que venha 2021, porque nós estaremos resistindo para que este País seja banhado com justiça, amor e fraternidade! Nós queremos que 2021 seja, radicalmente, revolucionariamente, amorosamente e de forma completa, um ano novo.

Documento 15/17

140.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-22/12/2020- 21:04
Publ.: DCD - 23/12/2020 - JOICE HASSELMANN-PSL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Contentamento com a aprovação do Projeto de Lei nº 5.029, de 2020, acerca do aumento da participação da União no Fundo Garantidor de Operações - FGO, com vista à concessão de garantias no âmbito do Programa Nacional de



Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - PRONAMPE. Regozijo com a união partidária em prol da aprovação da propositura. Apelo ao Presidente da República por imediata sanção da matéria. Vinculação entre a aprovação de proposições pela Casa e a queda do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro abaixo das previsões do mercado. Aprovação, pela Câmara dos Deputados, de relevantes matérias em meio à epidemia de coronavírus. Apresentação de projetos de lei destinados ao combate à corrupção e ao enfrentamento da crise gerada pela Covid-19. Apresentação de proposta de emenda à Constituição, a chamada PEC Aras, sobre o estabelecimento do mandato de quatro anos para o Procurador-Geral da República com a vedação da recondução ao cargo. Rejeição da emenda em benefício das escolas comunitárias, apresentada pela oradora ao Projeto de Lei nº 4.372, de 2020, sobre a regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. Empenho da bancada feminina na revisão da Lei Maria da Penha, destinada ao combate à violência doméstica contra as mulheres. Desinteresse do Governo Jair Bolsonaro na realização das reformas administrativa e tributária.

A SRA. JOICE HASSELMANN (Bloco/PSL - SP. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas Deputados, eu confesso que, sendo esta a última sessão do ano, é uma sessão que me traz muita felicidade, porque finalmente acabamos de aprovar o PRONAMPE, ou a terceira fase desse projeto de crédito que vai destinar mais 10 bilhões de reais, além dos 32 bilhões de reais que já destinou, para salvar pequenos negócios no Brasil, responsáveis por mais da metade dos empregos formais e, obviamente, para salvar esses empregos.

E eu não estou registrando essa felicidade, essa alegria, como Parlamentar, apenas pela aprovação desse projeto, mas sim pela união desta Casa. Se os senhores olharem o painel, do PT ao NOVO, ou melhor, do PSOL ao NOVO, do PT ao PSL - acho que fica mais equilibrado assim, não é Deputado Molon? -, todos nós dissemos "sim" a esse projeto. Passamos pelo centro e fomos para os dois lados mais ideológicos desta Casa, e todos nós dissemos "sim" a esse projeto. Então, de antemão, eu agradeço a cada um dos Líderes. Fiz questão de conversar com todos, e a palavra foi cumprida agora. Demorou um pouquinho, porque na semana passada houve um entrevero por conta da eleição da Mesa, o que acabou atrasando um pouquinho a aprovação do PRONAMPE, mas foi o próprio grupo que compõe a base do Governo que fez isso.

Eu registro esse momento porque nós mostramos aqui que é possível fazer política desse jeito, que é possível fazer política de forma diferente, que é possível fazer política de forma madura, conversando, dialogando, colocando as pautas que fazem bem para o nosso País à

frente de qualquer processo ideológico.

Vejam, eu registro mais uma vez que o PRONAMPE foi aprovado hoje, e o atraso aconteceu porque houve uma confusão dentro da base do próprio Governo. E esse é um projeto que trata de dinheiro já está disponível. São 10 bilhões de reais que vêm de outro programa de crédito que não teve o sucesso que teve o PRONAMPE. É um dinheiro que está parado. E, se não for usado até o dia 31 de dezembro deste ano, ele se perde, pelo menos para esse fim.

Aqui nós conversamos e aqui nós acordamos. Cabe agora ao Sr. Presidente da República sancionar imediatamente a matéria, e eu apelo para que ele o faça.

Sr. Presidente da República, em que pese às diferenças que tenho com o senhor, pela postura inadequada, pela postura agressiva, pela postura desleal que o senhor tem com aqueles que o apoiaram, por tantas traições às pautas que nos trouxeram até aqui, em 2018, pautas que nos colocaram aqui Parlamento e que colocaram o senhor na Presidência da República; em que pese a todas as facadas nas costas dos seus aliados de primeira hora que foram dadas pelo senhor e pelo seu grupo; em que pese às traições envolvendo pautas tão importantes e tão caras para o povo, como o combate à corrupção, como o fim do "toma lá, dá cá", como indicações técnicas e decentes para o Supremo e para a PGR; em que pese a todas essas diferenças que nos afastaram, porque eu me mantenho exatamente no mesmo lugar, defendendo a agenda anticorrupção, sim; defendendo o fim do foro privilegiado, sim; defendendo a prisão em segunda instância, sim...

De tudo isso o senhor abriu mão. Bastou chegar ao poder, sentir o gostinho do poder e o calor de uma eventual visita da Polícia Federal à casa do seu filho que o senhor rasgou todas as pautas. Mas, em que pese a tudo isso, Presidente, eu faço um apelo para que o senhor desta vez pense, e rapidamente, nos empregos, nos negócios, na economia.

As matérias aprovadas nesta Casa fizeram com que a retração do PIB fosse de menos da metade daquilo que era a expectativa negativa por conta da pandemia. Havia uma expectativa de queda de até 10% do PIB, uma desgraça. Nós conseguimos aprovar aqui nesta Casa projetos importantes de crédito e medidas importantes que seguraram, pelo menos dentro do possível, uma retração maior na economia. Então, Presidente, em que pese a todas as nossas diferenças, de um jeito muito maduro, eu peço, eu faço um apelo para que o senhor sancione amanhã, logo cedo, o texto aprovado aqui.

Eu não fiz alterações no texto justamente para que não houvesse a possibilidade de voltar para o Senado, tamanha a preocupação que

todos nós temos. Federações da indústria, federações do comércio, federações dos serviços, associações ligadas a essas entidades, todos aguardam ansiosamente a possibilidade de ter acesso ao crédito que tem juro real de 1,25% ao ano. E a melhor maneira de ajudarmos no processo econômico é manter empresas abertas e salvar empregos.

Presidente, eu sei que eu falo aqui também pelo Senador Jorginho, que foi o pai, digamos assim, do PRONAMPE no Senado, e que sei que também está pressionando para que a sanção aconteça.

Espero que, com a sua caneta, o Presidente possa consertar o atraso que a sua própria base criou aqui nesta Casa, para que, a partir de amanhã, as pessoas que já estão na fila dos bancos públicos, aguardando o empréstimo, possam ter acesso a esse dinheiro.

Eu finalizo, Sr. Presidente, claro, lamentando pelo ano terrível que nós passamos, porque foi um ano em que muitos de nós perdemos entes queridos e enfrentamos essa doença terrível. Eu mesma peguei a COVID-19 e senti na pele que não é uma gripezinha. Mas, mesmo neste ano terrível, nós pudemos avançar muito e pudemos mostrar que, através de um celular, todos nós continuamos trabalhando - e vejam que este plenário está vazio. O quórum nas votações sempre esteve acima de 500 Parlamentares. Nós aprovamos aqui a PEC do Orçamento de Guerra, o FUNDEB, o auxílio emergencial e tantos outros projetos de crédito, como esse do PRONAMPE, e mostramos que, de novo, em que pese às confusões políticas que temos que enfrentar, muitas vezes, entre este prédio e o prédio do outro lado da rua, pela sucessão de besteiras, de provocações e de erros que comete o nosso Presidente, lamentavelmente, nós conseguimos avançar. Mas há muito mais a se fazer.

Eu apresentei, desde que assumi o mandato, 159 propostas, 159 projetos de lei. Entre as proposições que apresentei, há um grande pacote de medidas envolvendo o combate à corrupção e outro envolvendo medidas essenciais para o enfrentamento desta crise. Apresentei também a PEC Aras - e ainda dá tempo, senhores.

O que é esta PEC batizada de PEC Aras? Minha gente, o cargo de Procurador-Geral da República não pode ser usado como puxadinho ou moeda de troca do Presidente da República. Pessoas que estão, por exemplo, na Procuradoria-Geral da República não podem simplesmente atravessar uma rua a mando do Presidente da República e assumir uma vaga no Supremo. Os Ministros do Supremo não podem ter um cargo *ad aeternum*. É preciso que haja mandato.

Tantas propostas sobre as quais já há discussões nesta Casa, tanto aqui quanto no Senado, não vão sair do papel, não vão virar uma lei de fato, se nós não nos unirmos como nos unimos neste tempo de

pandemia, como nos unimos pela economia.

Outros assuntos importantes devem voltar logo no começo do ano que vem, como a emenda do FUNDEB para as escolas comunitárias. Essa emenda foi rejeitada aqui porque houve outros penduricalhos colocados no meio do texto, mas eu vou trazer um projeto. Uma frente parlamentar já está sendo criada, e eu vou trazer um projeto aqui, logo no começo do ano, para que possamos corrigir o erro que foi feito nesta Casa.

Nós da bancada feminina trabalhamos incansavelmente pela modificação da Lei Maria da Penha. Apresentei texto neste sentido e fui coautora de projetos com caminhos semelhantes a esse.

Acredito que nós perdemos um pouco o bonde da reforma administrativa e da reforma tributária. Vou dizer por quê: o Governo não quis a aprovação nem de uma, nem de outra. Como Líder do Governo no ano passado, eu disse ao Presidente da República, olhando nos olhos dele, e ao Ministro Paulo Guedes que o momento da aprovação dessas reformas era na sequência da reforma da Previdência. Seria o ano das reformas: aprova-se uma, aprovam-se duas, aprovam-se três - primeiro, a reforma previdenciária; depois, a administrativa; em seguida, a tributária. Infelizmente, o Governo sentou em cima delas, e nós sabíamos que este ano, um ano eleitoral, pouco poderia ser feito em relação a isso.

Lamento que nós não tenhamos avançado em relação a esses textos. Talvez, se todos nós olharmos com bastante responsabilidade, em especial este Governo, nós possamos abrir o ano que vem com uma boa reforma administrativa - não esse arremedo que foi colocado, mas uma boa reforma administrativa. Já me coloquei, inclusive, à disposição do atual Presidente da Casa para relatar o projeto. Será outro no ano que vem, mas este ano eu me coloquei como nome para relatar a reforma, porque este é um assunto em que pouca gente quer mexer, como um vespeiro. Pouca gente quer colocar a mão numa reforma administrativa.

Mas encerramos o ano entregando boas pautas para o Brasil. Agradeço a confiança de cada um de V.Exas., a parceria de cada um dos Líderes, a parceria do Presidente desta Casa, a parceria do meu partido e a parceria até da Oposição nos temas relevantes que aprovamos aqui.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sumário

Frustração do orador com a não votação, pela Casa, da Proposta de Emenda à Constituição nº 199, de 2019, sobre a alteração dos arts. 102 e 105 da Carta Magna, com vista à transformação dos recursos extraordinário e especial em ações revisionais de competência originária do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça (prisão de condenados em segunda instância); e da Proposta de Emenda à Constituição nº 333, de 2017, a respeito da alteração dos arts. 5º, 37, 96, 102, 105, 108 e 125 da Carta Magna, com vista à extinção do foro especial por prerrogativa de função no caso dos crimes comuns, e à revogação do inciso X do art. 29 e o § 1º do art. 53 da Lei Maior. Não realização das reformas administrativa e tributária. Repúdio à atuação dos membros do Supremo Tribunal Federal. Defesa de extinção da Justiça do Trabalho, da Justiça Eleitoral e da Justiça Militar. Votos de feliz Natal aos Parlamentares e às famílias brasileiras. Defesa de imunização dos brasileiros contra a Covid-19.

O SR. JOSÉ NELTO (PODE - GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Efraim Filho, que preside tão bem esta sessão, quero saudar V.Exa., todos os demais Srs. Deputados e a imprensa do nosso País.

Sr. Presidente, depois de 2 anos de trabalho - e hoje é o último dia -, eu confesso que estou frustrado, e muito, como todo o povo goiano e o povo brasileiro. Estou frustrado com esta Casa. Nós rendemos pouco para o Brasil. Deixamos de votar matérias de suma importância que iriam mudar a vida do povo brasileiro. A PEC da prisão após segunda instância não foi colocada em pauta. Poderia ter sido colocada, mas não houve vontade política deste Parlamento.

Eu falo também porque isso irá proteger os crimes de colarinho-branco, irá proteger as organizações criminosas. Nós estamos protegendo. Irá proteger os crimes hediondos. A cada dia que passa a violência aumenta no Brasil.

O Brasil seria outro também se votássemos o fim do foro privilegiado, aprovado no Senado da República, mas que não foi votado por esta Casa. A população brasileira está de olho nas ações de cada Parlamentar, porque isso é jogar contra o Brasil. Mais ainda, Srs. Parlamentares, esta Casa deveria ter votado ou ter feito um grande debate em torno da reforma administrativa. O Ministro Paulo Guedes não teve a competência de debater a reforma administrativa. O Estado

é pesado, custa caro para os pagadores de impostos.

Vou dar um exemplo, Deputado Peternelli. Se cortarmos 30% do orçamento do Congresso Nacional, o Congresso irá funcionar? Nada irá mudar? Se forem 30% de todo o Poder Legislativo dos Estados e de todas as Câmaras de Vereadores? Vejam que a economia poderia construir uma casa a mais para aquele cidadão, para aquela dona de casa que não tem um teto para morar. Não fizemos. Paulo Guedes é o Ministro do amanhã: "*Amanhã eu vou fazer*", "*Amanhã vai acontecer*". E não está acontecendo nada.

A reforma tributária é outra grande reforma. Não há mais como continuar com essa carga tributária pesadíssima na iniciativa privada, que paga caro. E o Estado burocrata? O Brasil é o país da burocracia, dos cartórios, de bater carimbo.

Nós temos um STF do nada, um STF que envergonha a Nação brasileira. Esse STF não representa o povo brasileiro. Eu estou aqui assumindo, dizendo o que quer dizer o empresário, o pequeno empresário; o que quer dizer a dona de casa, o jovem. Esse STF não representa mais o povo brasileiro.

Srs. Deputados, vejam bem onde nós estamos. A Justiça do Trabalho não precisa desses castelos e de salários de 150 mil reais! É a grande burocracia.

A partir daí, eu falo da PEC sobre os altos salários.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. DEM - PB) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. JOSÉ NELTO (PODE - GO) - Esta Casa não a votou, Sr. Presidente. É uma vergonha aceitarmos que alguém ganhe acima de 40 mil reais, que é o teto dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Vou concluir, Presidente. Agradeço pela sua paciência. Peço 1 minuto só.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, é esse o Brasil. Pobre do povo brasileiro! Esperar o que de Tribunal de Justiça do Trabalho? Temos que acabar com a Justiça do Trabalho e ter um juiz normal, um juiz do trabalho, como há o juiz para a vara cível e para a criminal. São castelos! Temos que acabar com a Justiça Eleitoral, que é uma das mais corruptas do Brasil. Temos que acabar com a Justiça Militar. Justiça é uma só no Brasil. É esse o Brasil que eu quero. Mas este em que nós estamos vivendo... Eu digo a V.Exas.: pobre do povo brasileiro!

Mas eu não vou desanimar, não. No ano que vem, eu estarei aqui para falar com a voz do povo goiano, para falar com a voz do povo brasileiro, daqueles que não têm voz.

Sr. Presidente, peço que conste no programa *A Voz do Brasil* o meu pronunciamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Até o ano que vem, se Deus quiser. Feliz Natal a todos os Deputados e Deputadas e a todo o povo brasileiro!

No ano que vem, que venha a vacina. Seja com a CoronaVac, seja com qualquer vacina, eu quero me vacinar. E o povo brasileiro quer se vacinar.

Muito obrigado.

Documento 17/17

140.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	- 22/12/2020- 22:40
Publ.: DCD - 23/12/2020 - EDUARDO CURY-PSDB -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Inconformismo com a não realização das reformas tributária e administrativa. Não votação pela Casa do Projeto de Lei nº 6.726, de 2016, referente à regulamentação do limite remuneratório no serviço público. Indignação com o descaso do Presidente Jair Bolsonaro com a vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19.

O SR. EDUARDO CURY (PSDB - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Efraim Filho.

Nobres colegas, provavelmente esta será a nossa última do ano. Primeiro, em relação ao caso do Amapá, vou tratar desse enfoque na hora do encaminhamento. Acho absolutamente justa a aprovação disso.

Em relação ao término do ano, foram obtidas algumas vitórias, não há dúvida nenhuma, frente a essa tragédia que foi a pandemia do coronavírus. Mas nós temos que lamentar - e aqui vou pegar um pouco do gancho do Líder José Nelto -, pois é uma frustração muito grande que o País, na situação em que está, não tenha nem avançado numa

reforma tributária. O Governo não conseguiu enviar uma proposta de reforma tributária. Convenhamos, proposta de reforma tributária sem mexer no ICMS é coisa de criança, não é proposta de reforma tributária. O ICMS é o pior dos impostos para o bolso do contribuinte, e nós não tivemos coragem de mexer nisso.

Não tivemos coragem de enfrentar uma reforma administrativa, por menor que fosse. Reforma administrativa não é só atacar servidor. É uma grande injustiça achar que reforma administrativa é só para atacar servidor. Não, reforma administrativa é para valorizar o servidor. Muita coisa do serviço público, do serviço prestado pelo Governo Federal ao cidadão, pode ser melhorado com a reforma administrativa. Essa reforma não se refere só ao servidor, não. Não tivemos coragem de fazer isso. O Governo não teve coragem, enviou uma proposta atrasada. O Parlamento não teve como se debruçar sobre isso. Grandes reformas só se fazem com o Governo focado nisso.

Dentro da reforma administrativa, é uma vergonha não mexermos com os supersalários. É uma vergonha isso! Por quanto tempo nós vamos ter que encarar isso? Se alguma categoria tem que ser mais bem remunerada, vamos ter transparência e coragem de falar que essa categoria tem que ganhar mais. Agora, não pode continuar a ser uma terra de ninguém, onde não há regras para os supersalários. É uma vergonha para quem faz as regras não poder criar um regramento claro para isso.

Maior vergonha ainda é existir uma regra e esta não ser cumprida. É uma desmoralização! Como representante do povo, faço um apelo, um chamamento aos meus colegas. É uma vergonha que um representante do povo aprove uma lei e que essa lei não tenha validade, porque inúmeras interpretações do Judiciário rasgam o que nós escrevemos. Se um Parlamentar erra ao fazer uma lei, é simples: depois de 4 anos, o povo o manda embora para casa. É assim que funciona uma democracia. Não há sentido se esforçar e se debater por longos anos para aprovar uma lei e depois essa lei não valer, porque há uma interpretação dizendo que aquela lei não vale, sem nenhum embasamento. Temos visto isso de forma corriqueira ao longo dos anos.

Há um projeto do Deputado Rubens Bueno que trata dos supersalários e regulariza essa situação, põe um pouco de ordem, um pouco de transparência nesse processo. Não tivemos condição, em 2020, de enfrentar isso. Entendo que a pandemia criou dificuldades para todos nós, e é claro que o foco tinha que ser a pandemia. Mas nem conseguimos andar com isso. O Governo nem conseguiu apontar a direção do que gostaria nesses dois temas: reforma administrativa e reforma tributária minimamente razoável, para simplificar a vida das

pessoas.

Sr. Presidente, colegas Deputados, eu queria bater um pouco nessa tecla da insegurança jurídica. Isso é um desrespeito com os mandatos dos representantes do povo, com os seus mandatos.

Eu gostaria de mexer um pouco com o brio dos senhores. Os senhores vão às ruas, pedem votos, têm o apoio da população, vêm, discutem, cedem, trocam o ótimo pelo bom para o Brasil avançar, fazem uma lei, depois de uma longa maturação, e essa lei não vale! Depois de muito tempo, essa lei não vale, um juiz de primeira instância diz que essa lei não vale! Isso é uma insegurança jurídica tremenda. Como é que um cidadão lá fora pode ter confiança no processo democrático se na verdade cada um está saindo do seu quadrado? O Executivo quer inventar a fazer leis; o Legislativo às vezes se mete a querer governar; e o Judiciário se mete a inventar leis. Desse jeito, nós passamos ao cidadão uma crença de que a democracia pode não estar funcionando. Ela está funcionando, mas passamos a crença de que ela pode não estar funcionando. Isso é muito ruim! Isso é muito ruim!

Este ano, que foi um ano de pandemia, foi mais difícil ainda. Eu espero que em 2021 todos os colegas Srs. Parlamentares e autoridades venham com o fôlego renovado, para que nós possamos valer a procuração que a população deu aos eleitos para fazer leis e enfrentar os problemas. Mesmo que não sejam leis perfeitas, que não sejam leis ótimas, depois podemos corrigi-las. Temos que enfrentar os problemas. O Governo tem que assumir a sua responsabilidade. Não dá mais para enfiar a cabeça embaixo da terra e fingir que não há problema.

Por último, vou falar sobre a questão da pandemia. Eu tenho uma enorme compreensão e um enorme respeito àqueles que achavam que não pode haver um *lockdown* total em relação à pandemia. Também tenho um enorme respeito por aqueles que, do lado contrário, achavam que teriam que se preservar as vidas, e eu sempre defendi isso também. Contudo, em relação à vacinação não pode haver dúvida! Nós estamos em 2020, não pode haver dúvida quanto a isso! As pessoas querem se vacinar. Não faz sentido o Governo não ter um plano de vacinação. Perdeu o bonde, não comprou a vacina da Pfizer. Confiou na vacina de Oxford, a da AstraZeneca, que ainda está na etapa 3, não está pronta. Não tem sentido isso! Nós olhamos e não vemos segurança.

Nós vemos uma série de Prefeitos e Governadores correndo para assinar um convênio com o Butantan, e não é porque haja a garantia da vacina do Butantan, pois qualquer vacina pode não ser homologada e não ser autorizada, mas isso é o desespero de um Prefeito e de um Governador ao ver o seu povo morrendo, ao ver as pessoas morrendo, o desespero de olharem e verem que não há um plano! O Brasil tem

um plano de imunização de excelência. Nós fazemos vacinações anuais. Bastava antecipar. O SUS é todo descentralizado. Bastava o Governo comprar as vacinas e descentralizar. Nós não temos isso até agora! Em entrevistas coletivas, passam uma insegurança para nós. Quem já foi gestor fala: "*Caramba, esses caras não têm nada na mão!*"

E a cada mês - eu queria fazer este alerta, eu queria realçar isto, pois é algo que me dói bastante -, pelos números que temos hoje, a cada mês, 25 mil brasileiros vão perder a vida.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. DEM - PB) - Peço a V.Exa. que conclua, Deputado.

O SR. EDUARDO CURY (PSDB - SP) - Isso é um atraso por incompetência ou até um atraso proposital, na vacinação. Na verdade, haverá mais 25 mil pessoas mortas. Não faz sentido isso!

Fica aqui o meu alerta para tentar mobilizar os nossos colegas Parlamentares. Nós temos grandes desafios no início do próximo ano.

Obrigado, Sr. Presidente.
